

DIAGNÓSTICO DO  
ANALFABETISMO NOS  
MUNICÍPIOS ATENDIDOS  
PELOS PROJETOS APOIADOS  
PELO FIDA NO BRASIL  
E SEUS IMPACTOS NO  
DESENVOLVIMENTO RURAL

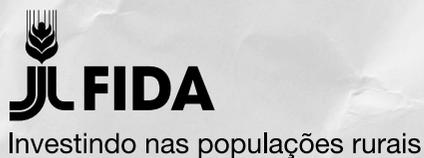


---

**DIAGNÓSTICO DO ANALFABESTIMO NOS  
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELOS PROJETOS  
APOIADOS PELO FIDA NO BRASIL E SEUS  
IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO RURAL**

---

Salvador / Bahia / Brasil,  
Agosto de 2021.



## Equipe do Programa Semear Internacional

### Coordenação

Fabiana Dumont Viterbo

### Assistência Administrativa e Financeira

Ana Luiza Santos

### Gerência de Gestão do Conhecimento

Aline Martins da Silva

### Gerência de Cooperação Sul-Sul

Ruth Pucheta

### Gerência de M&A

Adalto Rafael

### Assessoria de Comunicação

Gabriel Monteiro

## Equipe da Publicação

### Coordenação

Fabiana Viterbo

### Elaboração

Fabício Teló

### Revisão

Fabiana Viterbo

### Projeto Gráfico, Fotografias e Ilustrações

William França

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F981d

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)  
Diagnóstico do Analfabetismo nos municípios atendidos pelos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil e seus impactos no desenvolvimento rural - [Salvador] : Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2021.  
68 p. : il. color., gráfs. color.

Este relatório apresenta um diagnóstico do analfabetismo nos municípios atendidos pelo FIDA e busca identificar os impactos do analfabetismo para o desenvolvimento do meio rural.  
ISBN 978-92-9266-128-1

1. Analfabetismo. 2. Educação no campo. 3. Desenvolvimento rural. I. Título.

CDU 364.672.2

# SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO | 16 |

**1. O ANALFABETISMO EM NÚMEROS | 20 |**

---

1.1 Desigualdades Regionais | 24 |

1.2 Desigualdades Raciais | 25 |

1.3 Analfabetismo na Agricultura Familiar do Semiárido | 28 |

1.4 Gênero e Analfabetismo no Semiárido | 31 |

**2. RAÍZES E IMPLICAÇÕES DO ANALFABETISMO | 34 |**

---

2.1 Obstáculos à Alfabetização | 37 |

2.2 Causas da Evasão Escolar | 38 |

2.3 Implicações do Analfabetismo para o Desenvolvimento Rural | 41 |

2.4 A Pandemia de COVID-19 e a Educação do Campo | 43 |

**3. RECOMENDAÇÕES | 46 |**

---

3.1 Questões Estruturantes | 49 |

3.2 Questões Pedagógicas | 51 |

3.3 Questões Políticas | 53 |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 57 |

APÊNDICES | 58 |

## LISTA DE GRÁFICOS

---

- Gráfico 1** - Porcentagem da população de 15 anos ou mais não alfabetizada no Brasil | 22 |
- Gráfico 2** - População de 15 anos ou mais não alfabetizada no Brasil em números absolutos | 23 |
- Gráfico 3** - Proporção de pessoas alfabetizadas de acordo com os grupos raciais na agricultura familiar do semiárido | 27 |
- Gráfico 4** - Grau de instrução na agricultura familiar do semiárido em números absolutos | 29 |
- Gráfico 5** - Comparativo do grau de instrução entre homens e mulheres da agricultura familiar do semiárido em porcentagem (%) | 32 |

## LISTA DE TABELAS

---

- Tabela 1** - Diferença entre percentual de pessoas negras na população em geral e na população analfabeta | 26 |

## LISTA DE SIGLAS

---

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

**DAP** – Declaração de Aptidão ao Pronaf

**EFA** – Escola Família Agrícola

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**FIDA** – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IICA** – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização

**MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PDHC** – Projeto Dom Helder Câmara

**PNHR** – Programa Nacional de Habitação Rural

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

**PROAGRO** – Programa de Garantia de Atividade Agropecuária

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

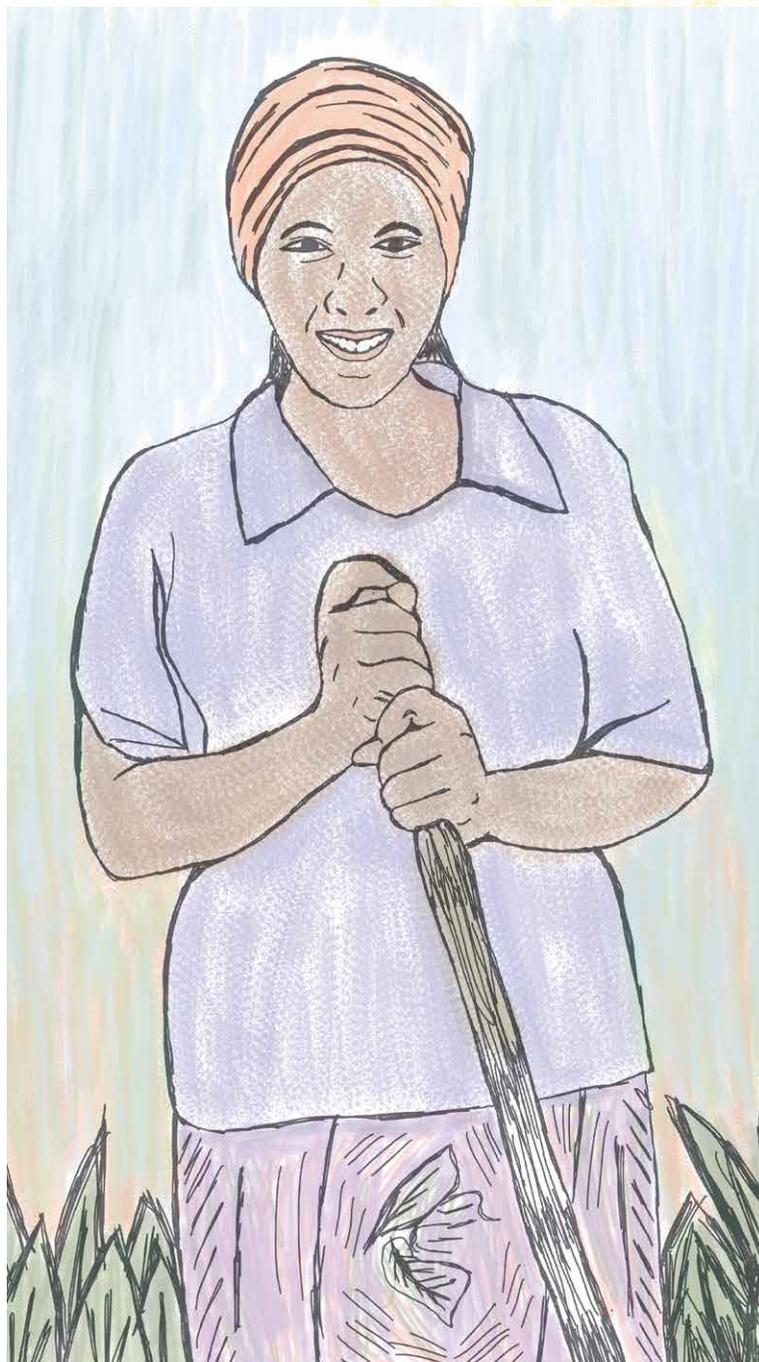
**PROUNI** – Programa Universidade para Todos

**PSI** – Programa Semear Internacional

**SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**STR** – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**TOPA** – Programa Todos pela Educação



**FIDA**

Investindo nas populações rurais

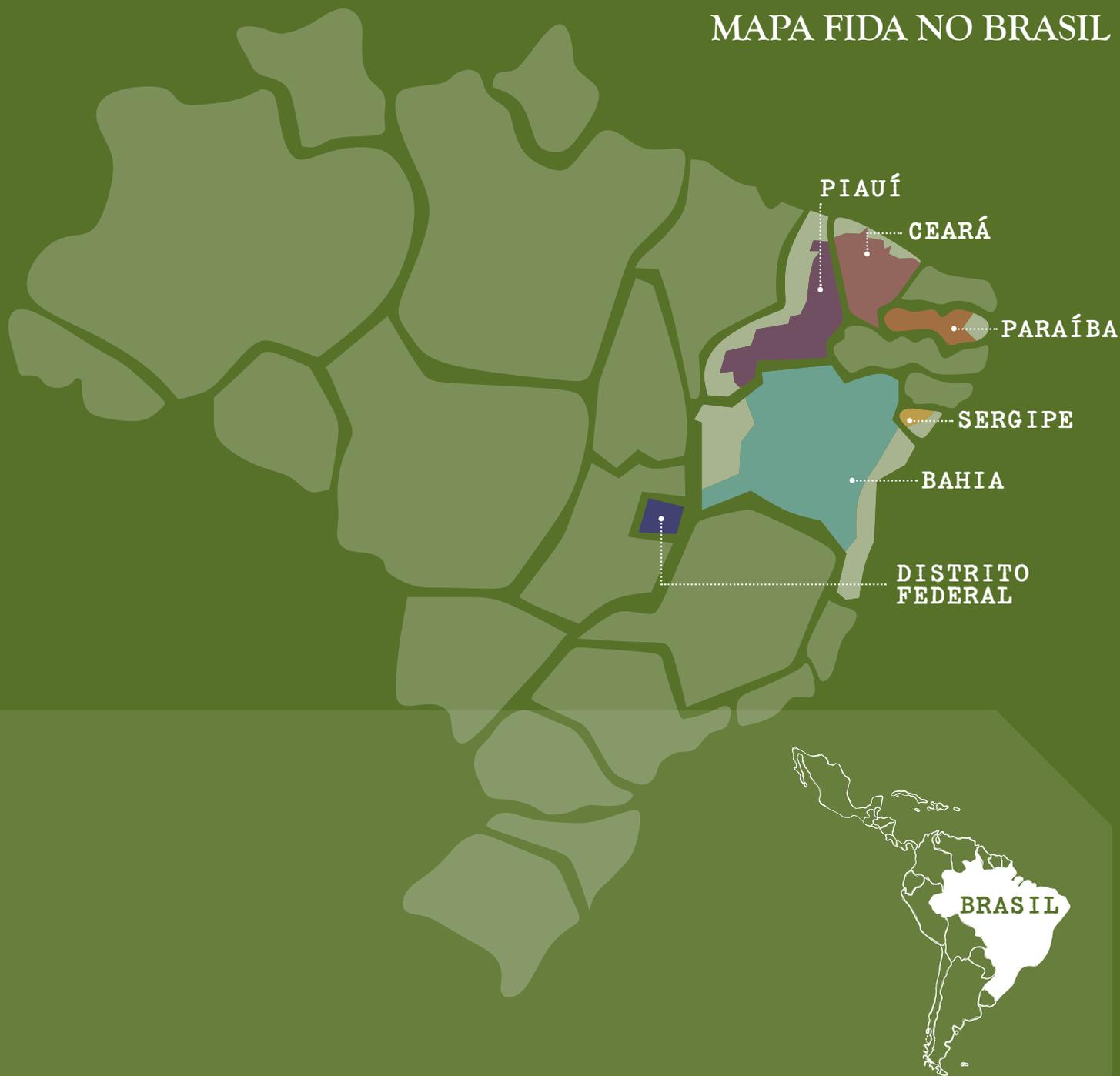
## APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) é uma agência de investimentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em parceria com governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural, especialmente a agricultura familiar. No Brasil, o principal foco de investimentos do FIDA é a região semiárida, onde promove ações para geração de renda, agropecuária, cooperativismo, associativismo, acesso a mercados e agroecologia.





# MAPA FIDA NO BRASIL





### **Projeto Pró Semiárido (PSA)**

Financiamento FIDA: US\$ 45 milhões

Financiamento Governamental: US\$ 50 milhões

Famílias beneficiadas: 70.000

Famílias chefiadas por jovens: 20.200

Famílias chefiadas por mulheres: 40.500



### **Projeto Dom Távora (PDT)**

Financiamento FIDA US\$ 16 milhões

Financiamento governamental: 12,2 milhões

Famílias beneficiadas: 12.000

Famílias chefiadas por jovens: 3.600

Famílias chefiadas por mulheres: 4.800



### **Projeto Viva o Semiárido (PVSA)**

Financiamento FIDA: US\$ 20 milhões

Financiamento governamental: US\$ 10,1 milhões

Famílias beneficiadas: 22.000

Famílias chefiadas por jovens: 6.600

Famílias chefiadas por mulheres: 9.500



### **Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procase)**

Financiamento FIDA: US\$ 25 milhões

Financiamento Governamental: US\$ 15,5 milhões

Famílias: 22.000

Famílias chefiadas por jovens: 1.570

Famílias chefiadas por mulheres: 10.800



### **Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) II**

Financiamento FIDA: US\$ 18 milhões

Financiamento governamental: US\$ 82 milhões

Famílias: 74.000

Famílias chefiadas por jovens: 39.000

Famílias chefiadas por mulheres: 37.000



### **Projeto Paulo Freire (PPF)**

Financiamento FIDA: US\$ 40 milhões

Financiamento Governamental: US\$ 40 milhões

Famílias: 60.000

Famílias chefiadas por jovens: 16.052

Famílias chefiadas por mulheres: 10.800

## ATUAÇÃO DO FIDA NO BRASIL COM O PROGRAMA SEMEAR INTERNACIONAL

---

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) é uma agência de investimentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que, em parceria com governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural. No Brasil, o principal foco de investimentos do Fida é a região semiárida, onde promove ações direcionadas ao fomento de projetos produtivos de geração de renda agropecuária, cooperativismo, associativismo e acesso a mercados. Com uma meta que tem a promoção da segurança alimentar nutricional e a diminuição da pobreza no meio rural entre os seus pilares, o Fida incentiva o fortalecimento de atividades cujos públicos prioritários são mulheres, jovens e comunidades tradicionais.

O Fida já viabilizou um montante de aproximadamente 300 milhões de dólares, para implementação de treze projetos no Brasil. Em 2020, seis projetos estão sendo executados, beneficiando 250 mil famílias de forma direta. Cinco deles são em parceria com governos estaduais, por meio de acordos bilaterais: Paraíba (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – Procase), Bahia (Projeto Pró-Semiárido), Sergipe (Projeto Dom Távora), Piauí (Projeto Viva o Semiárido), e Ceará (Projeto Paulo Freire). Em parceria com o governo federal, o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), abrange onze estados: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Piauí, Paraíba, Sergipe, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo.

Paralelamente aos projetos, o Fida busca realizar ações que vão além do desenvolvimento produtivo nas comunidades atendidas, estimulando o acesso à informação por meio de programas de doação, como o Programa Semear Internacional (PSI), cuja operacionalização é apoiada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Com atuação no Brasil, o PSI possui os seguintes eixos: Gestão do Conhecimento;



SEMIÁRIDO

BRASIL

Monitoramento & Avaliação; Comunicação; Diálogos de Políticas; e Cooperação Sul-Sul e Triangular. O PSI trabalha junto aos seis projetos apoiados pelo Fida no Brasil, fortalecendo suas capacidades ao realizar atividades que estimulam o conhecimento. O objetivo é facilitar o acesso a saberes e inovações contextualizados para a convivência com o semiárido.

Entre as atividades do PSI estão intercâmbios; capacitações; oficinas e seminários com técnicos e beneficiários dos projetos; formação técnica para gestores públicos; articulações institucionais; promoção do trabalho para a igualdade de gênero; apoio à coleta de dados socioeconômicos e metodização dos resultados; publicações de livros; e produção de conteúdos jornalísticos e comunicacionais em formatos impresso e digital. Dessa forma, o programa vem contribuindo, de forma expressiva, para a sistematização e disseminação das boas práticas rurais dos projetos do Fida, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

## Funcionamento de cada componente de atuação do PSI:

### Gestão do Conhecimento

Capacitações, intercâmbios, encontros temáticos e seminários são as principais atividades desenvolvidas para fortalecer os saberes e a troca de conhecimento entre os projetos, envolvendo técnicos, técnicas, beneficiárias e beneficiários. Os temas mais trabalhados são: acesso a mercados, agroecologia, gênero, gastronomia e caprinovinocultura. Muitos desses eventos resultam em publicações que, em formato impresso e/ou digital, contribuem para a potencialização e a visibilidade dessas boas práticas e experiências de sucesso.

### Monitoramento & Avaliação

São realizadas capacitações periódicas direcionadas a técnicos e técnicas dessas áreas, com a promoção de reuniões em grupos de trabalho e o envolvimento de profissionais de outras instituições. Todos os projetos do Fida no Brasil utilizam um sistema de gestão integrada chamado Data.Fida, um grande produto desenvolvido pelo Semear Internacional para esse componente, que contribui para o aumento da qualidade e precisão das informações coletadas e processadas pelos projetos.



## Comunicação

Componente que permeia todos os outros, a Comunicação do Semear Internacional se vale de diversos canais, como o portal e as redes sociais, para fazer com que o conhecimento e a informação cheguem aos mais diferentes públicos. No site estão disponíveis, por exemplo, as publicações (livros, cartilhas, manuais e estudos), o acervo de vídeos e fotos e o banco de boas práticas já catalogadas, além de textos criados semanalmente e disseminados entre os projetos do Fida. Um produto recente dessa área é o Prêmio Semear Internacional de Jornalismo, que condecora as melhores reportagens do Brasil sobre boas práticas rurais e está na sua primeira edição.

## Cooperação Sul-Sul e Triangular e Diálogos de Políticas

O objetivo da Cooperação Sul-Sul e Triangular é fomentar novos conhecimentos e redes através da internacionalização de suas ações. Por meio de intercâmbios, capacitações e seminários envolvendo países da América Latina e África, abordam-se temas de interesse comum da agricultura familiar, identificando técnicas e práticas que podem auxiliar os trabalhadores rurais em seu cotidiano. Além disso, o PSI busca facilitar o diálogo sobre políticas públicas, com vistas a apoiar espaços voltados para o debate entre sociedade civil, governos, academia e parceiros.



Foto: André Frutuoso

Conheça mais sobre as ações do PSI, visite a biblioteca virtual e acesse os eventos realizados para juntar-se à rede de disseminação das boas práticas rurais no semiárido, acessando: [www.portalsemear.org.br](http://www.portalsemear.org.br).

Este relatório apresenta um diagnóstico da situação do analfabetismo nos municípios atendidos pelos programas financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil, procurando identificar os impactos do analfabetismo para o desenvolvimento rural nesses municípios. Para atingir esse objetivo, a pesquisa tomou por base as seguintes questões norteadoras:

**Quais os principais fatores que têm impedido ou dificultado as agricultoras e os agricultores a aprender a ler e a escrever?**

**Em que medida a evasão escolar constitui um fator para o analfabetismo (tanto para o analfabetismo completo como o funcional<sup>1</sup>)?**

**Quais as razões que levam à evasão escolar?**

**De que forma o analfabetismo dificulta o acesso a políticas públicas?**

**Como a pandemia do coronavírus está impactando o acesso à alfabetização das populações rurais?**

**Como as agricultoras e os agricultores que não tiveram acesso à escolarização gostariam que essa situação fosse enfrentada?**

**Que recomendações podem ser elaboradas para buscar a superação desse problema?**

<sup>1</sup> Entende-se por analfabetismo funcional a condição de saber ler e escrever, sem ser capaz de compreender ou escrever um texto informativo simples.

Este estudo alinha-se às reflexões desenvolvidas por Silva (2004, p. 44) a respeito do estigma associado à palavra “analfabeto”. Segundo a autora, usar esse termo para referir-se às pessoas que não tiveram a oportunidade de aprender a ler e a escrever reforça a condição de subalternidade a que são submetidas em função de sua vulnerabilidade socioeconômica. Embora compreenda-se que nem sempre é possível evitar o uso do termo, esta consultoria procurará, sempre que possível, utilizar expressões alternativas.

O estudo partiu da hipótese de que um fator-chave que tem dificultado o letramento da população rural é a falta de tempo. Em função da necessidade de ajudar os pais a prover o sustento diário, muitas crianças são obrigadas a abrir mão dos estudos para trabalhar. Uma segunda hipótese que norteou o estudo é a de que um modelo de educação não contextualizada, que não tome por base a realidade concreta das populações rurais no processo de ensino, contribui para a falta de estímulo às crianças, jovens e adultos em processo de alfabetização para permanecerem na escola e avançarem na aprendizagem da língua.

Outra hipótese que orientou a pesquisa foi a de que a pandemia do coronavírus pode vir a ser um fator de piora dos índices futuros de analfabetismo, devido à impossibilidade que muitas crianças têm de frequentar a escola, criando laços mais profundos com o mundo do trabalho, o que pode diminuir as chances de retornarem aos estudos. O fato de muitas escolas terem adotado o ensino remoto, acompanhado da ausência de infraestrutura que disponibilize internet de banda larga para as populações rurais, também pode constituir obstáculo à alfabetização das crianças e jovens no campo. Como será trabalhado ao longo do relatório, a pesquisa encontrou evidências que corroboram as três hipóteses.

A pesquisa baseou-se nos seguintes procedimentos metodológicos:

- 1) Revisão da literatura com base nos principais indexadores de produção técnica e acadêmica sobre o analfabetismo no campo;  
.....
- 2) Levantamento de dados estatísticos a partir de pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como o Censo Escolar, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como o Censo Agropecuário de 2017, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de anos recentes;

---

<sup>2</sup> Fazem parte do portfólio de projetos apoiados pelo FIDA no Brasil: Viva o Semiárido (Piauí), Paulo Freire (Ceará), Procasa (Paraíba), Pró-Semiárido (Bahia), Dom Távora (Sergipe), e Dom Helder Câmara II, originado de um acordo celebrado com o governo federal, atendendo aos estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

3) Entrevistas com agricultoras e agricultores beneficiários(as) dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil, por meio do Programa Semear Internacional (PSI)<sup>2</sup>, técnicas(os) que atuam junto a esses projetos, representantes de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais do campo, além de alfabetizadoras(es) que atuam em escolas que atendem à agricultura familiar.

.....

4) Uma oficina com especialistas em educação do campo e representantes de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais do campo, realizada em formato virtual no dia 13 de julho de 2021, com suporte técnico e institucional do PSI e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

As entrevistas com agricultoras e agricultores foram possíveis graças à mediação das técnicas e técnicos dos projetos, que gentilmente recomendaram as pessoas a serem entrevistadas e me colocaram em contato com elas. Foram realizadas, ao todo, 42 entrevistas com agricultores e agricultoras familiares beneficiários(as) dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil. Vinte deles(as) não tiveram oportunidade de se alfabetizar, outros 20 sentem dificuldades para ler ou escrever frases simples, também chamados de “analfabetos funcionais”, e dois concluíram o ensino médio via Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Desse universo procurou-se respeitar a proporção de 50% de entrevistados(as) para cada sexo e uma proporção de pessoas por projeto, de modo a obtermos uma amostragem de um retrato mais fiel possível da realidade.

Foram entrevistados (as) ainda oito técnicos(as) que atuam nesses projetos, a fim de compreender os efeitos do analfabetismo na forma como se dá a relação entre técnicas(os) e agricultoras(es), no acesso às políticas públicas e na vida em geral.

Finalmente, a pesquisa contou com a realização de entrevistas com dez 10 profissionais da educação (professores(as) do ensino público formal e educadores(as) populares com histórico de atuação na alfabetização de crianças, jovens e adultos de áreas rurais).

As entrevistas foram realizadas por meio do aplicativo WhatsApp (chamada de vídeo ou de voz) que, segundo orientação recebida pelo PSI, constitui a forma mais eficiente para contatar as agricultoras e agricultores neste momento de pandemia do coronavírus, uma vez que respeita os protocolos de distanciamento. Os roteiros para as entrevistas encontram-se nos apêndices.

A oficina com representantes das organizações que atuam diretamente com agricultoras e agricultores no dia a dia foi de fundamental importância, pois elas se encontram em uma posição ideal para, a partir dessa convivência, identificar os elementos essenciais que deveriam fazer parte de uma política eficiente de democratização do letramento junto à população rural. Foram convidados representantes de organizações-chave na temática da alfabetização rural a fim de reunir sugestões para a elaboração de políticas públicas voltadas à superação do analfabetismo no campo. Na oficina foram debatidos os principais fatores de dificuldade para a educação do campo e discutidas as recomendações de políticas públicas que estão apresentadas no Capítulo 3 deste relatório.

Este relatório está dividido em três capítulos. No primeiro, apresentam-se os dados estatísticos do analfabetismo com foco nas desigualdades regionais, raciais e de gênero, e nos índices educacionais do semiárido. No segundo capítulo, analisam-se os dados coletados a partir das entrevistas. Exploram-se os obstáculos à alfabetização no meio rural, as causas da evasão escolar, as implicações do analfabetismo para o desenvolvimento rural e os impactos da pandemia na educação do campo. Por fim, no último capítulo, apresentam-se as recomendações de políticas de enfrentamento do analfabetismo no campo.



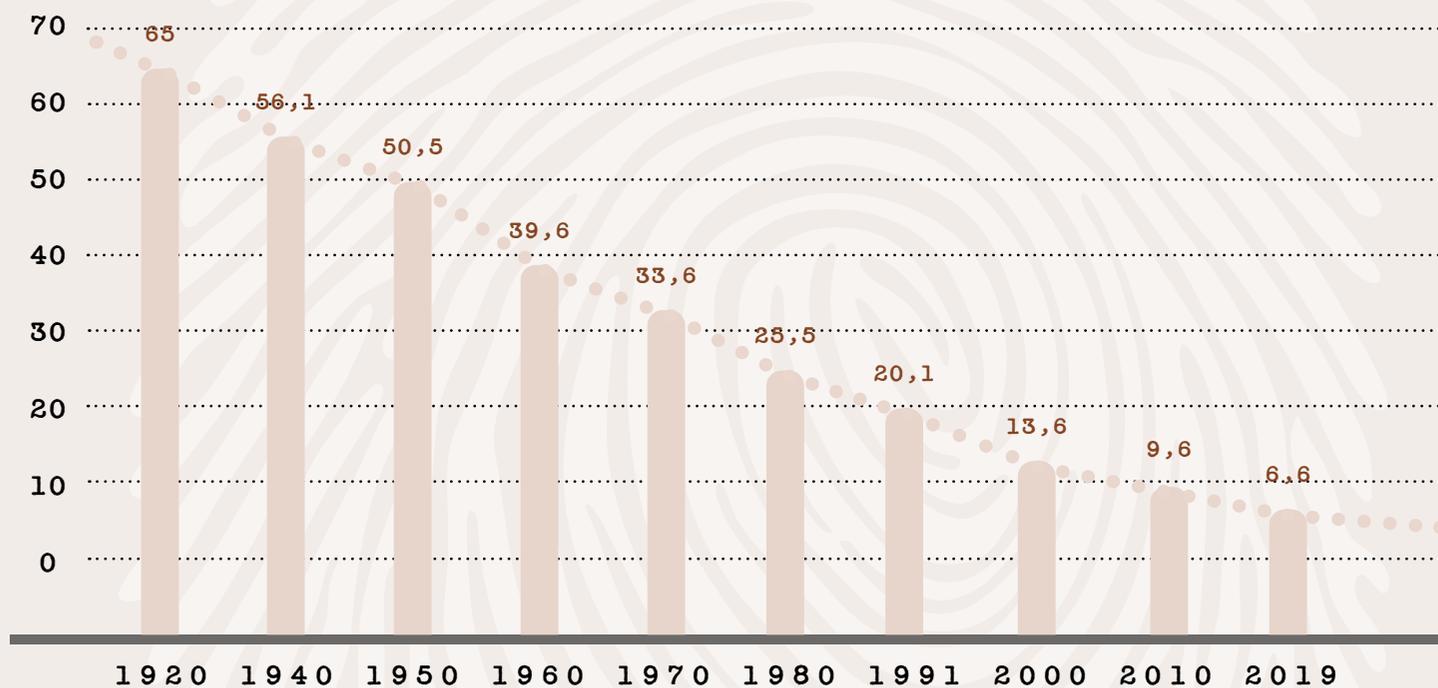
# O ANALFABETISMO EM NÚMEROS



Os altos índices de analfabetismo que marcam a história brasileira estão relacionados às estratégias das oligarquias para facilitar a reprodução de seu status quo. A Constituição de 1891, por exemplo, proibia que pessoas analfabetas votassem. Naquele período, cerca de 85% da população não sabia ler e escrever, o que propiciava que as autoridades políticas ignorassem as demandas da maioria da população (Freire, 1989).

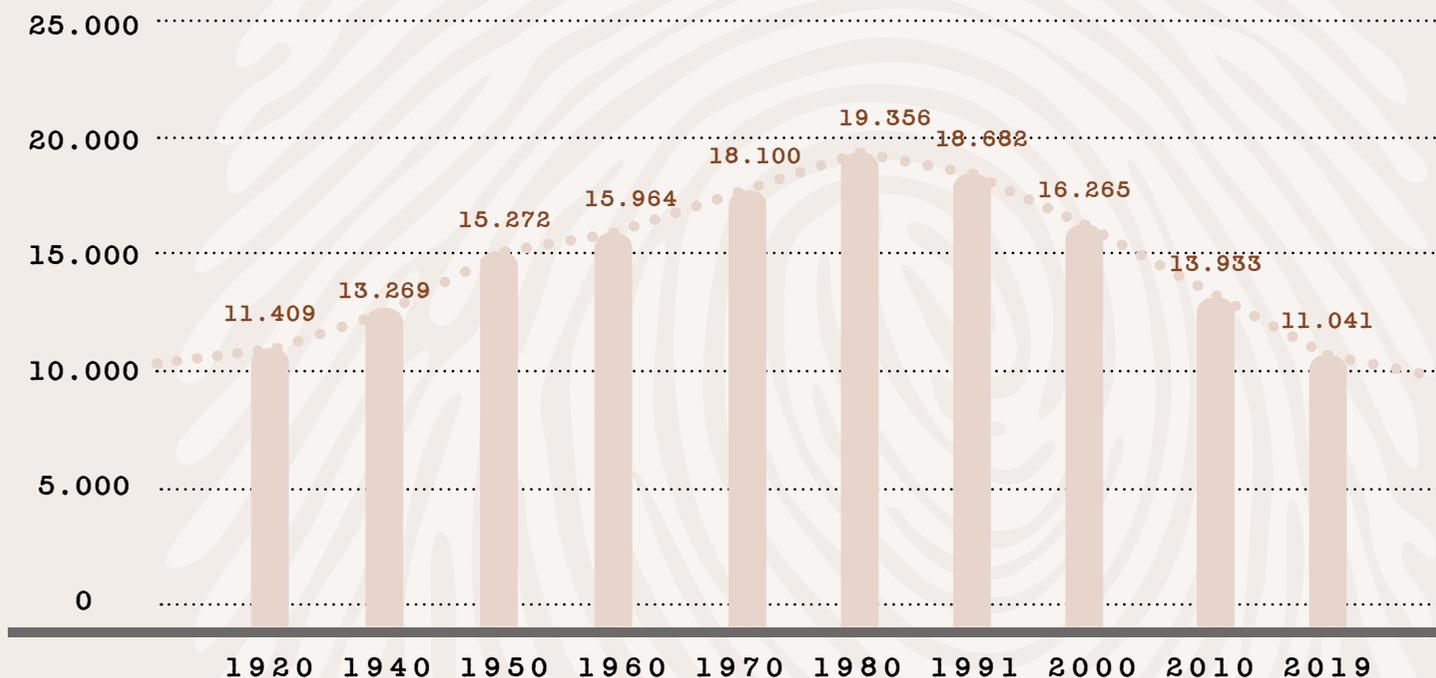
Ao longo do tempo, os índices de analfabetismo no Brasil vêm apresentando uma melhora progressiva, como pode ser visto abaixo (Gráfico 1). No entanto, quando se analisam os números absolutos, a situação é menos animadora, como mostram Braga e Mazzeu (2017), com base nos dados dos censos demográficos. Em 1920, quando a taxa de analfabetismo era de 65% e a população brasileira era de 17,5 milhões de pessoas, o número de analfabetos era de pouco mais de 11,4 milhões. Em 1980, embora o percentual tenha caído para 25,5%, o número de analfabetos subiu para 19,3 milhões, retornando à casa dos 11 milhões nos dias atuais, número levemente inferior ao da década de 1920. O Gráfico 2 ilustra a série histórica do número de pessoas não alfabetizadas no Brasil em números absolutos.

**GRÁFICO 1:  
PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA NO BRASIL**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNAE (2019).

**GRÁFICO 2:**  
**POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA**  
**NO BRASIL EM NÚMEROS ABSOLUTOS (MIL)**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNAE (2019).

A grande maioria das pessoas que não tiveram a oportunidade de aprender a ler e a escrever são idosos. Entre as pessoas de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é de 18%, cerca de três vezes mais que a média geral. Tal dado se explica pela fragilidade das políticas educacionais prévias à Nova República. Peres (2011) argumenta que uma das razões que explicam a inexistência de políticas de alfabetização voltadas especificamente à população idosa é o paradigma da educação funcional, ou seja, uma perspectiva de educação voltada aos interesses do desenvolvimento do capitalismo. De acordo com essa lógica, uma vez que a população idosa já não serve mais como “recurso humano” para o mercado de trabalho, não valeria o investimento de recursos para viabilizar sua alfabetização.

O índice relativamente baixo de não alfabetizados(as) entre pessoas com menos de 30 anos se fez notar pela dificuldade dos(as) técnicos(as) colaboradores(as) em encontrar agricultores(as) não alfabetizados(as) para serem entrevistados(as) no âmbito desta pesquisa. Alguns(mas) técnicos(as) entrevistados(as) atribuem essa mudança em parte ao Programa Bolsa Família, que condiciona o recebimento do benefício à matrícula dos filhos na escola.

## 1.1 Desigualdades Regionais

Os índices de analfabetismo no Brasil revelam ainda as desigualdades regionais do país. A região Nordeste é a que possui as taxas mais altas. Segundo a PNAD de 2019, enquanto a taxa de analfabetismo no país é de 6,6%, no Nordeste é de 13,9%. Tal desigualdade regional se expressa também nos índices de pessoas sem instrução ou que possuem o ensino fundamental incompleto. Enquanto o percentual de pessoas nessa condição no país em 2019 era de 35,2%, na região Nordeste, o percentual era de 44,6%. Da mesma forma, quando se analisa o percentual de pessoas com ensino superior completo, nota-se a desigualdade. Enquanto a média no país é de 14,5% da população formada no ensino superior, na região Nordeste este índice cai para 9,8%. A discrepância se faz notar ainda mais no índice de analfabetismo das pessoas com mais de 60 anos de idade. Enquanto o índice nacional é de 18%, na região Nordeste este índice sobe para 37,2% (PNAD, 2019).

Dados do Censo Escolar 2020 caminham na mesma direção. Enquanto a taxa de distorção idade-série – quando o(a) estudante reprova ou interrompe os estudos – no Brasil é de 15,5%, a mesma taxa na região Nordeste é de 20,3%. Quando se observam os dados especificamente da rede estadual de ensino, a taxa de distorção idade-série no Nordeste sobe para 33,3%. E, se o recorte for referente às escolas estaduais rurais do Nordeste, a taxa atinge o nível de 37,4% (INEP, 2021).

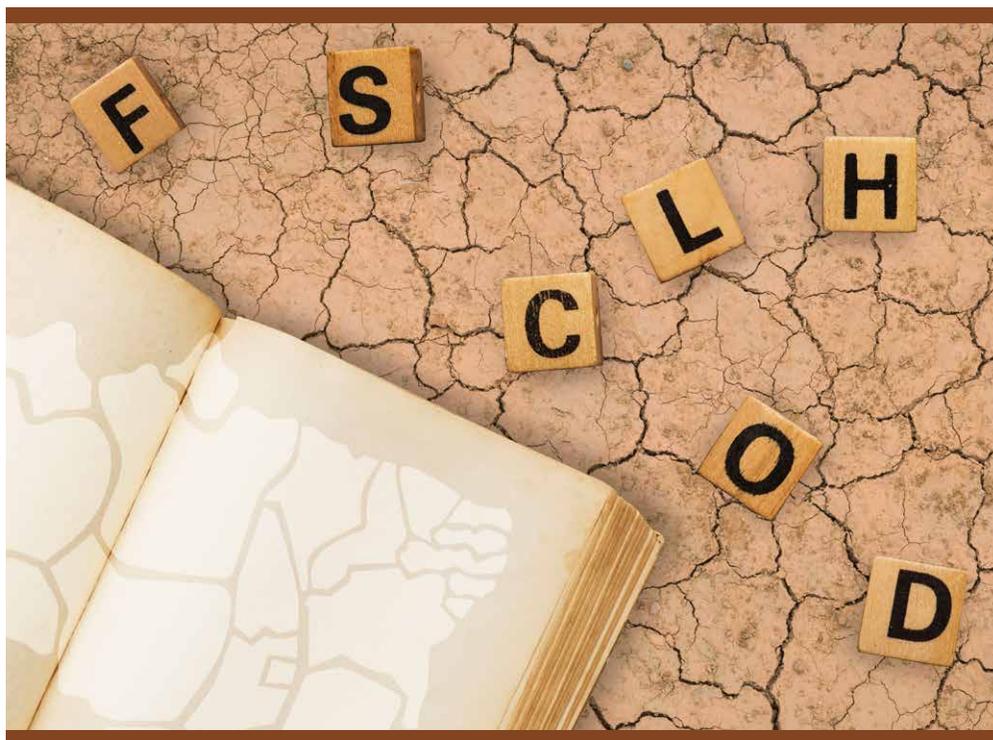
De acordo com Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), uma das razões que explicam tal desigualdade seria o fato de que no Sudeste e no Sul, devido à industrialização ter se iniciado antes, era do interesse da burguesia que uma parcela mais ampla da população fosse alfabetizada, ao passo que no Norte e no Nordeste, não havia essa necessidade. A dimensão histórica é fundamental para se compreender a reprodução do analfabetismo na região Nordeste. Como destaca Pinto (1986), a formação dos pais tem papel decisivo na forma como será conduzida a educação dos filhos. Se para os pais a escolarização teve papel secundário em suas vidas, torna-se naturalmente mais difícil estimular os filhos a se interessarem pelos estudos.



**13,9%**

dos brasileiros  
residentes na  
região Nordeste  
são analfabetos.

Outro dado que chama atenção é a variação do número de analfabetos entre 2018 e 2019. Enquanto o índice nacional passou de 6,8% para 6,6%, na região Nordeste o índice se manteve estagnado, com uma leve elevação quando se observam os números absolutos, que passaram de 6 milhões e 144 mil para 6 milhões e 200 mil. A razão pela qual essa estagnação ocorreu é uma questão promissora para pesquisas futuras.



75%

dos brasileiros  
analfabetos são  
pessoas negras.

## 1.2 Desigualdades Raciais

O racismo é um dos principais pilares das estruturas que sustentam a desigualdade nas várias esferas da sociedade brasileira. A da educação é uma nas quais ele se expressa de maneira mais evidente. Enquanto pessoas negras (pretas e pardas) são cerca de 57% do total da população brasileira, elas são 75% do total de pessoas que não leem e não escrevem (PNAD, 2019). Nos estados do Nordeste, devido à maior presença da população parda e dos índices mais

elevados de analfabetismo, a desigualdade racial interna à região se expressa de forma relativamente menos acentuada. No entanto, quando comparados à média nacional, todos os estados do Nordeste apresentam percentuais superiores de população negra analfabeta em relação à população branca, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 1 – Diferença entre percentual de pessoas negras na população em geral e na população analfabeta.

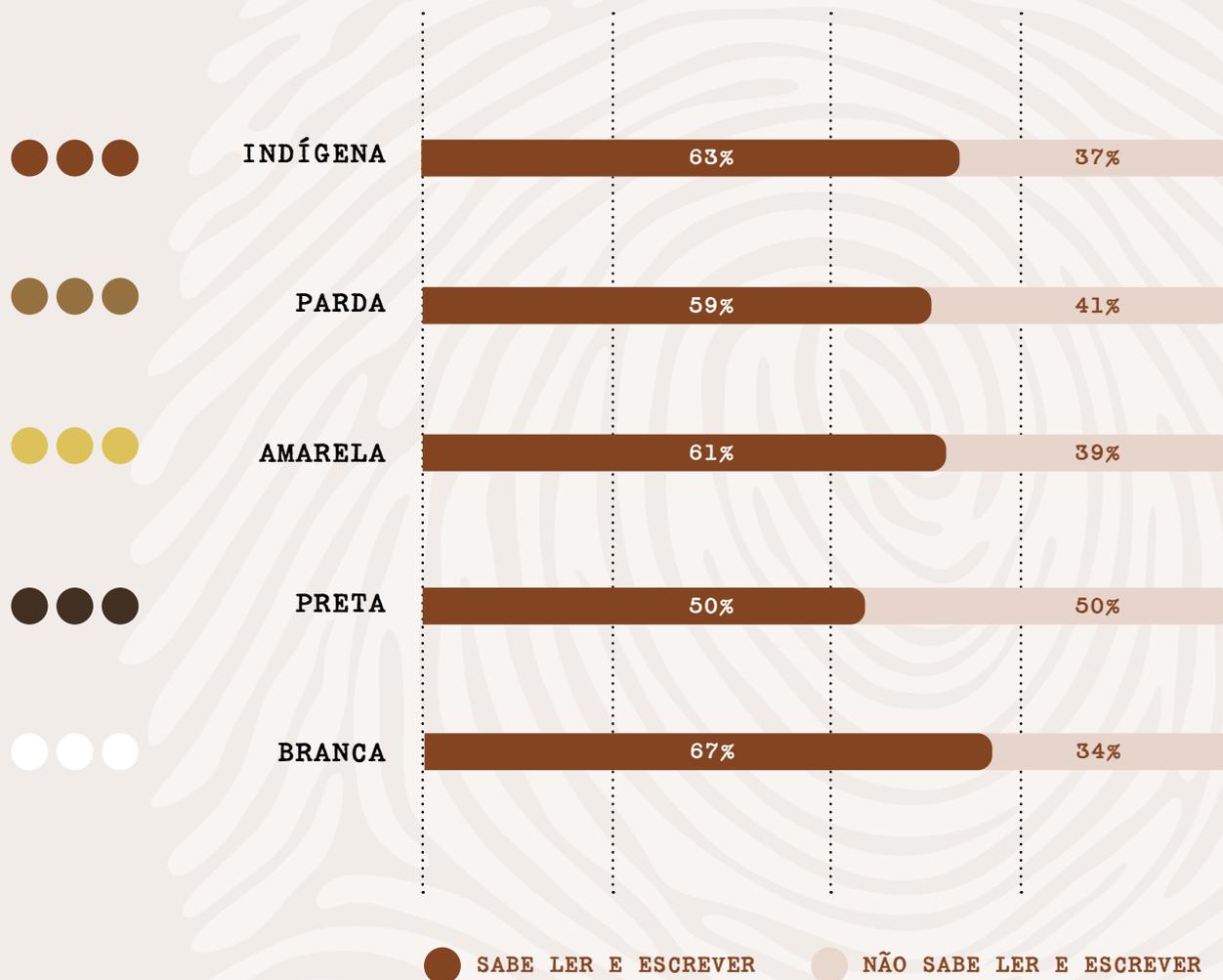
Unidade de Federação	Porcentagem de pessoas negras no total de analfabetos	Porcentagem de pessoas negras na população em geral
Maranhão	85,66	82,13
Piauí	86,09	81,08
Ceará	78,83	72,79
Rio Grande do Norte	75,26	61,47
Paraíba	75,78	67,72
Pernambuco	76,16	68,78
Alagoas	81,94	74,74
Sergipe	81,40	79,68
Bahia	85,03	81,31

Fonte: PNAD (2019).

Em termos proporcionais, apenas 3,6% da população branca no Brasil não aprendeu a ler e a escrever, ao passo que em relação à população negra, esse índice sobe para 8,9%. Se analisarmos apenas a população acima de 60 anos, a diferença aumenta: 9,5% entre pessoas brancas e 27,1% entre pessoas negras. Por fim, uma variável cujos dados escancaram a desigualdade racial no Brasil é a evasão escolar. Em 2019, dos 10,1 milhões de jovens entre 14 e 29 anos que não haviam concluído o ensino médio, 27,3% eram pessoas brancas e 71,7% pretas ou pardas (PNAD, 2019).

No semiárido, dentre os(as) agricultores(as) familiares dirigentes de estabelecimentos agropecuários, o percentual de pretos(as) que não sabem ler e escrever é de 50%, enquanto entre brancos(as), o percentual é de 34%. No gráfico a seguir, é possível visualizar os dados dos demais grupos raciais, tal como identificados pelo IBGE.

**GRÁFICO 3:**  
**PROPORÇÃO DE PESSOAS ALFABETIZADAS DE ACORDO COM OS**  
**GRUPOS RACIAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO**



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Diante de tais dados, torna-se crucial a elaboração de políticas públicas focadas no fortalecimento das oportunidades educacionais para as populações negras e indígenas, desde a alfabetização até o ensino superior. Além disso, considerando a maior incidência de analfabetos entre idosos, é fundamental a criação de estratégias específicas para garantir a alfabetização desse setor da população.

## 1.3 Analfabetismo na Agricultura Familiar do Semiárido



40%

dos agricultores familiares do Semiárido brasileiro são analfabetos.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de agricultores(as) familiares que não sabiam ler e escrever no semiárido era de 707.135, ou 40% de um total de 1.761.990 agricultores(as) familiares recenseados no Censo Agropecuário de 2017 do IBGE. Este número se refere apenas a agricultores(as) familiares dirigentes de estabelecimentos agropecuários (e respectivos cônjuges, quando o estabelecimento era dirigido por casais) e não à população inteira do semiárido. Por esse motivo, como veremos abaixo, há uma proporção maior de homens do que de mulheres na contagem do Censo Agropecuário<sup>3</sup>.

Nesse grupo de agricultores e agricultoras familiares, 382.121 (26%) nunca frequentaram uma escola; 334.362 (23%) frequentaram a classe de alfabetização<sup>4</sup>; 36.551 (2%) frequentaram cursos de alfabetização de jovens e adultos (AJA); 239.457 (16%) cursaram o antigo primário; 49.660 (3%) concluíram o antigo ginásial; 255.001 (18%) o atual ensino fundamental regular; e 5.798 (menos de 0,5%) o ensino fundamental via EJA ou supletivo.

Quando se analisam os dados relativos às etapas mais avançadas da escolarização percebe-se uma queda significativa. Apenas 5.312 (menos de 0,5%) agricultores(as) familiares do semiárido cursaram o antigo científico clássico; 112.001 (8%) concluíram o ensino médio regular; 7.630 (0,5%) algum curso técnico de nível médio; 2.632 (0,1%) terminaram o ensino médio via EJA; 15.809 (1%) concluíram o ensino superior e 508 agricultores familiares avançaram para a pós-graduação.

<sup>3</sup>Tais dados se encontram nas tabelas 6756 e 6757 do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-produtores>. Acesso em: 10/07/2021.

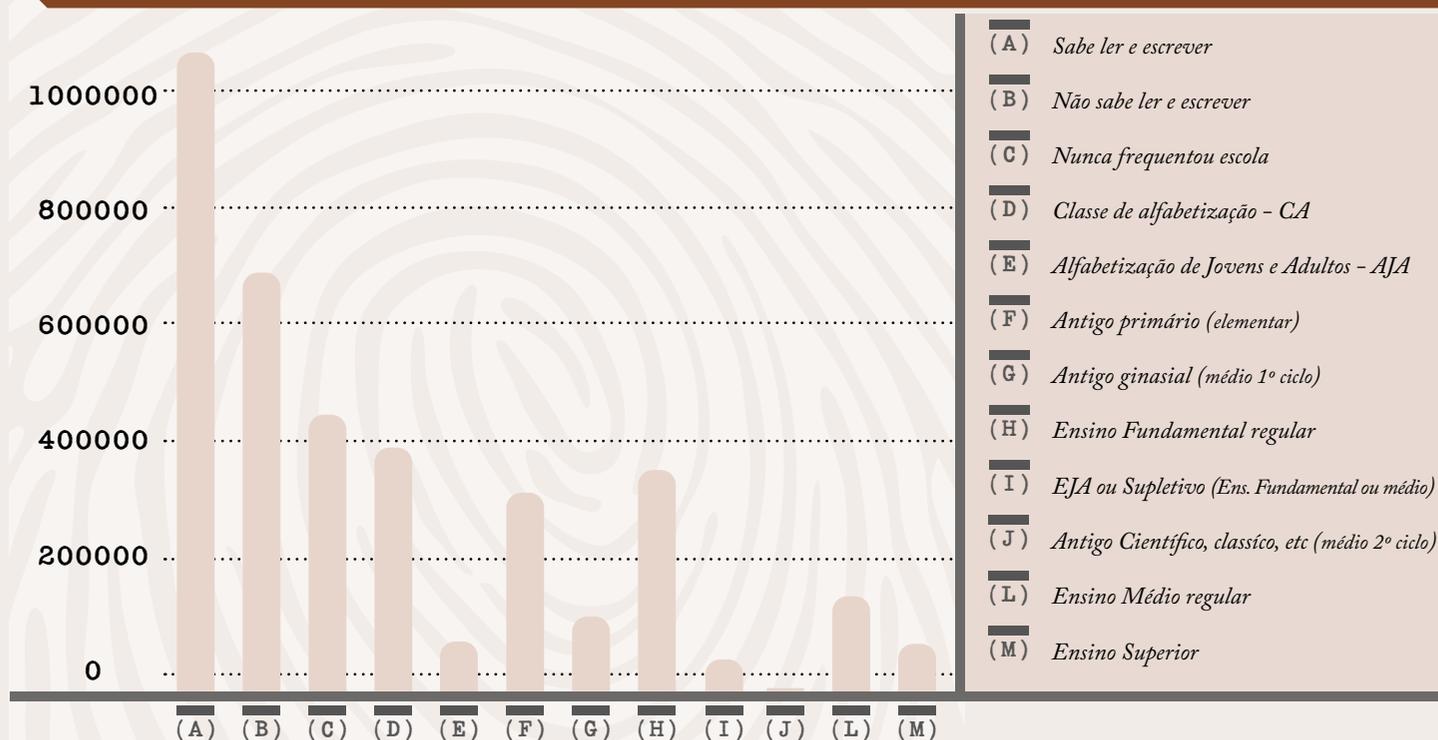
<sup>4</sup>A classe de alfabetização corresponde atualmente ao primeiro ano do ensino fundamental. Até o ano de 2006, quando foi instituída a Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro daquele ano, a classe de alfabetização constituía o ano destinado à alfabetização das crianças previamente ao ingresso no ensino fundamental.

No grupo de casais agricultores familiares dirigentes de estabelecimentos agropecuários, o Censo Agropecuário recenseou 315.158 pessoas entre homens e mulheres. Dentro desse grupo, 54.387 (17%) nunca frequentaram uma escola; 59.991 (19%) frequentaram classes de alfabetização; 7.927 participaram de cursos de alfabetização de jovens e adultos; 62.022 (20%) completaram o antigo primário; 12.172 (4%) o antigo ginásio; 73.843 (233%) concluíram o ensino fundamental regular; e 1.793 (menos de 1%) o fizeram via EJA ou supletivo.

Quando se analisam as etapas mais avançadas, os índices caem significativamente, como no grupo anterior: 1.562 (0,5%) concluíram o antigo científico; 33.479 (10%) completaram o ensino médio; 1.766 (0,5%) fizeram um curso técnico de nível médio; 983 cursaram o ensino médio via EJA ou supletivo; 514 avançaram para o ensino superior; e 74 para a pós-graduação.

No gráfico abaixo, é possível verificar esses índices para os dois grupos de agricultores(as) familiares gestores de estabelecimentos agropecuários (como indivíduos e como casais).

**GRÁFICO 4:**  
**GRAU DE INSTRUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**  
**DO SEMIÁRIDO EM NÚMEROS ABSOLUTOS**



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

A taxa de analfabetismo na agricultura familiar do semiárido nordestino é praticamente o dobro da taxa nacional de produtores rurais que não sabem ler e escrever (23%). O fato de uma parcela tão grande de agricultores(as) familiares ter sido excluída do processo de letramento indica que não se trata apenas de um problema conjuntural, mas de um problema de caráter histórico-estrutural. Tal estrutura encontra suas origens nas escolhas políticas que, ao longo da história, sistematicamente secundarizaram a região Nordeste do projeto de desenvolvimento nacional e excluíram pequenos agricultores das poucas políticas de democratização da educação no país.

A alta incidência de analfabetismo no campo também está relacionada ao modelo de educação implementado nas escolas que atendem às populações rurais. Em vez de uma educação do campo (contextualizada, baseada na realidade camponesa), o que tradicionalmente tem se aplicado é uma educação no campo (embora localizada no campo, é um modelo inspirado na realidade urbana, sem diálogo com as experiências concretas do cotidiano camponês).



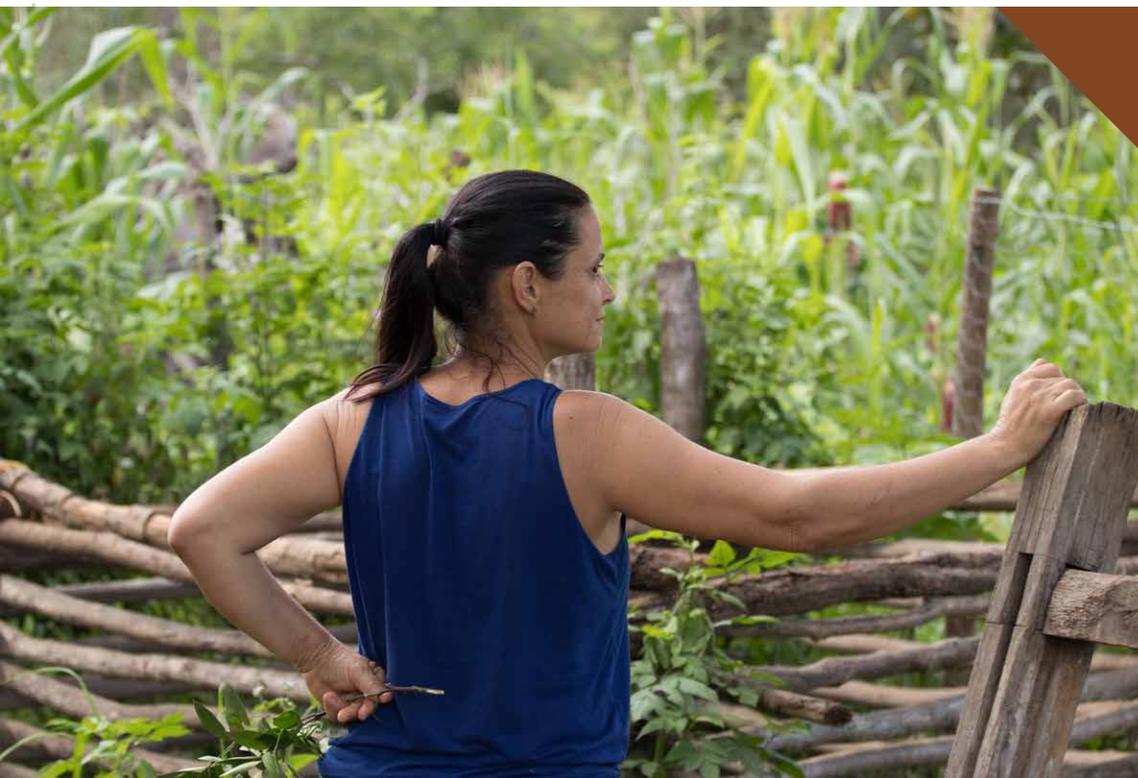
## 1.4 Gênero e Analfabetismo no Semiárido

Dentre os estabelecimentos agropecuários dirigidos por agricultores(as) familiares individuais (não casais), 1.100.746 (76%) deles eram dirigidos por homens e 346.096 (24%) por mulheres. Dentre esse grupo de agricultores familiares homens, 44% não sabia ler e escrever. Já entre as mulheres agricultoras familiares, esse índice era de 37%.

No grupo de casais agricultores familiares dirigentes de estabelecimentos agropecuários, o Censo Agropecuário recenseou 74.542 homens e 240.616 mulheres, para um total de 315.158 pessoas. Dentre esses casais, o índice de analfabetismo entre os homens era de 41% e entre as mulheres de 26%, uma diferença ainda maior do que a constatada no grupo dos(as) agricultores(as) dirigentes de estabelecimentos agropecuários como indivíduos.



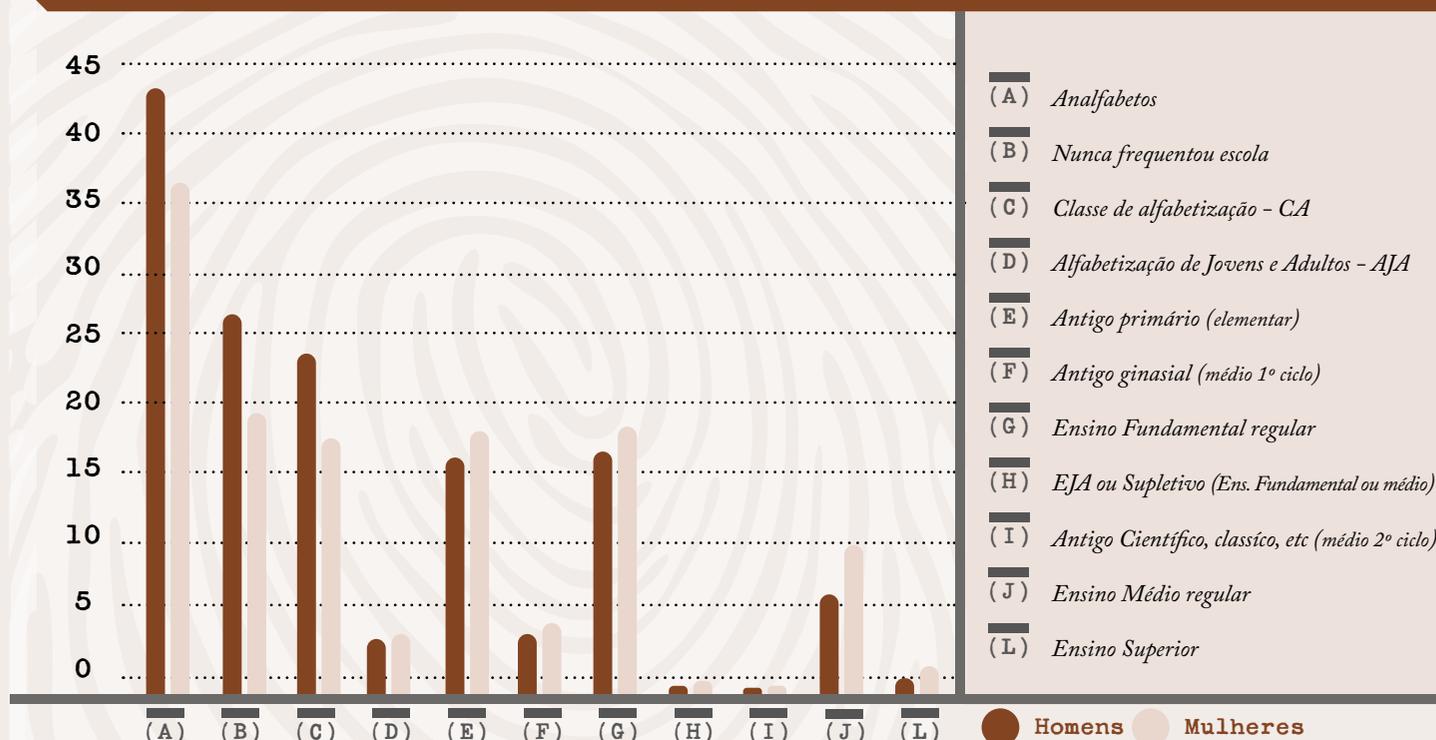
As taxas de analfabetismo entre os agricultores familiares do Semiárido brasileiro é maior entre os homens.



No gráfico abaixo é possível perceber que uma porcentagem maior de homens nunca frequentou a escola ou cursou apenas a classe de alfabetização, ao passo que quando se observam os números referentes aos cursos de EJA ou supletivo, homens e mulheres apresentam índices semelhantes.

**GRÁFICO 5:**

**COMPARATIVO DO GRAU DE INSTRUÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO EM PORCENTAGEM (%)**



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

A explicação mais plausível para essa constatação são as expectativas de gênero que orientam a cultura do campesinato no semiárido, tal como apontado pelas entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa e pela literatura sobre o tema (Cordeiro, 2007; Nogueira; Toneli, 2016). Em geral, meninos tendiam a ser mais demandados do que meninas para o trabalho na lavoura, o que permitia que as meninas dedicassem mais tempo aos estudos. Quando elas se tornam adultas, porém, a expectativa é que elas passem mais tempo cuidando da casa e dos filhos, o que dificulta a participação em cursos de EJA ou supletivo. Esse tema será retomado na sequência deste relatório.



121

# RAÍZES E IMPLICAÇÕES DO ANALFABETISMO



Objetiva-se neste capítulo compreender, a partir da análise das entrevistas com os(as) agricultores(as) familiares, as causas do analfabetismo e as implicações que ele tem na vida das pessoas. Dentre os(as) 40 agricultores(as) familiares entrevistados(as), 20 eram homens e 20 mulheres. 11 homens e 11 mulheres não sabiam ler e escrever, e nove homens e nove mulheres encontravam-se na situação identificada como analfabetismo funcional, quando a pessoa é capaz de ler e escrever algumas palavras, porém sente dificuldade em compreender ou escrever um texto simples.



## 2.1 Obstáculos à Alfabetização

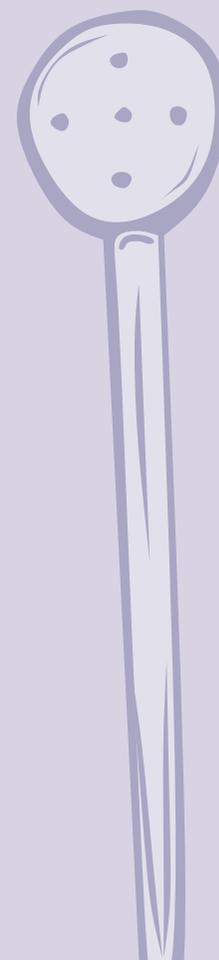
---

Uma das principais dificuldades apontadas pelas pessoas entrevistadas para se alfabetizar foi a situação de vulnerabilidade social em que suas famílias se encontravam no período em que eram crianças e a consequente necessidade de ajudar nos trabalhos agrícolas e domésticos em detrimento do tempo destinado à escola. Sete dos 11 homens entrevistados que não se alfabetizaram e quatro dos nove em situação de analfabetismo funcional relataram ter tido que trabalhar na lavoura desde cedo, o que prejudicou seus estudos. O mesmo relato foi dado por quatro das 11 mulheres entrevistadas que não se alfabetizaram e quatro das nove em situação de analfabetismo funcional.

O número relativamente inferior de relatos de trabalho infantil por mulheres vai ao encontro dos dados do Censo Agropecuário, que apontou índices de analfabetismo mais baixos entre as mulheres do que entre os homens na agricultura familiar do semiárido. Além disso, enquanto para os meninos o tipo de trabalho demandado era majoritariamente o agrícola, no caso das meninas, tratava-se também de trabalho doméstico, o que permitia que elas dedicassem parte do tempo aos deveres de casa passados pelos(as) professores(as).

Outra dificuldade destacada por 11 das 40 pessoas entrevistadas foi a ausência de escolas públicas nas proximidades das residências das famílias e a indisponibilidade de transporte público para as escolas em locais distantes. Para muitas crianças, a alfabetização só era uma opção se a família tivesse condições de pagar um(a) professor(a) particular. Pouquíssimas famílias camponesas do semiárido reuniam condições para tal. Ao contrário, a maioria vivia em situação de miserabilidade social. Nove das 40 pessoas entrevistadas contaram nunca ter frequentado o sistema escolar e oito o fizeram por cerca de seis meses ou menos.

Oito pessoas entrevistadas também mencionaram que não se alfabetizaram por “falta de interesse”: estariam “mais preocupadas em brincar do que em estudar”. À primeira vista, alguém poderia concluir que, se a criança não tinha interesse em estudar, a culpa por não ter aprendido seria da criança, que “não se comportou direito” ou “não aproveitou as oportunidades que a vida lhe deu”.



No entanto, quando se analisa o problema com mais profundidade, percebe-se que ele é mais complexo. Há que se levar em conta as dimensões estruturais da configuração social em que aquela criança se encontra, as características socioeconômicas da família, dos vizinhos, do município, da região, do estado e, por fim, do país.

Como argumentaram os sociólogos Bourdieu e Passeron (1970), a escola é um dos principais instrumentos de reprodução das desigualdades entre os diferentes estratos sociais, uma vez que se baseia e reforça justamente os valores das classes mais privilegiadas. No caso da educação recebida pelas crianças do campo, há ainda o componente urbanocêntrico, que, ao priorizar valores e exemplos da vida nas cidades, em detrimento dos valores da vida rural e camponesa, pratica uma forma de violência simbólica contra as crianças rurais e enfraquece as possibilidades de elas se engajarem ativamente e criticamente no processo educativo.

Os relatos feitos nas entrevistas dão conta de que outro fator de desestímulo para as crianças se alfabetizarem eram os maus-tratos cometidos por professores(as) com aquelas que tivessem dificuldades de aprendizagem ou que não se comportassem da forma esperada. Diversos foram os casos de uso de palmatória, castigos obrigando as crianças a se ajoelharem sobre o milho, puxões de orelha etc.

## 2.2 Causas da Evasão Escolar

---

As dificuldades enfrentadas na escola e fora dela desestimulam os(as) estudantes a darem prosseguimento aos estudos e contribuem para os altos índices de evasão escolar. As principais causas apontadas pelas pessoas entrevistadas para a interrupção de seus estudos são similares às causas apontadas como obstáculos à alfabetização, como discutido no item anterior.

Mas há outros fatores adicionais que contribuem especificamente para a evasão. Nas entrevistas destacou-se o sentimento de inferioridade reforçado por práticas pedagógicas que não valorizam o conhecimento discente e reforçam o estigma da pessoa analfabeta como se ela fosse incapaz, menos inteligente ou “lesada”, muitas vezes chegando ao extremo do bullying. Em pelo menos metade das entrevistas foi possível identificar que as pessoas não alfabetizadas acreditam ter problemas cognitivos que os impediram de aprender. Frases como “minha ideia é fraca”, “não sou bom das ideias”, “minha mente é lenta”, ou “não adianta, não consigo” foram frequentes nas entrevistas. Além disso, situações de chacota por parte de colegas ao dar uma resposta incorreta a uma pergunta do(a) professor(a) ou por fazer uma pergunta considerada “boba” por outros estudantes em estágio mais avançado da escolarização foram relatados como justificativas das decisões de abandonar a escola, tanto a de ensino regular, como a educação de jovens e adultos.

A gravidez precoce foi outro fator apontado por três mulheres. Impedidas de decidir sobre seus próprios corpos, essas meninas e adolescentes são forçadas a interromper seus estudos para tomar conta de seus bebês e dificilmente retornam à escola após o crescimento da criança. Soma-se a isso a ausência de atividades relacionadas à educação sexual, o que informaria, por exemplo, sobre a possibilidade de uso de métodos anticoncepcionais, possivelmente menos traumáticos do que a interrupção de uma gravidez.

Raimundo Clarindo dos Santos, da Cáritas Ceará, acrescenta que uma causa fundamental da evasão, principalmente na EJA, é a realização de cursos de alfabetização sem uma preocupação efetiva de atingir resultados satisfatórios, mas apenas em cumprir exigências burocráticas. Cursos desse tipo, segundo ele, são muito comuns no semiárido e acabam utilizando metodologias de ensino ineficazes e repetitivas, que acabam desincentivando os(as) agricultores(as) matriculados, uma vez que estes não conseguem enxergar o sentido do esforço de frequentar as aulas se o resultado demora muito tempo para ser atingido.

Francisco Marcones Moura Silva, da mesma instituição, também adiciona outra fragilidade da educação do campo, principalmente quando se trata da EJA: a falta de investimentos na formação dos(as) professores(as) que atuam nas escolas do campo. De fato, uma das críticas ao Programa Brasil Alfabetizado, do governo federal, por exemplo, é o fato de os(as) educadores(as) atuarem em uma condição que beira o voluntarismo, já que a remuneração que recebem varia de R\$ 400,00 a R\$ 750,00 mensais.

O fato de não haver uma política nacional de EJA que envolva a participação dos movimentos sociais do campo no processo de mobilização dos(as) agricultores(as) não alfabetizados(as) é apontado por Antônio Lacerda, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), como outro elemento de fragilidade da educação de jovens e adultos no campo. Segundo ele, iniciativas locais, embora importantes, são mais frágeis do que uma política de âmbito nacional.

Por fim, destaca-se a intensificação do processo de fechamento das escolas do campo e de transferência involuntária de estudantes do meio rural para escolas urbanas, o que implica na necessidade de dispender um tempo mais longo



no transporte e de se adaptar a uma nova realidade distinta de seu contexto de origem, aumentando assim as chances de evasão escolar. O fechamento das escolas do campo implica ainda em um movimento de progressivo afastamento do(a) estudante de suas origens rurais e estimula o êxodo rural, interesse dos defensores da agricultura empresarial, que precisa de áreas rurais inabitadas para poder expandir suas monoculturas (Molina, 2015).



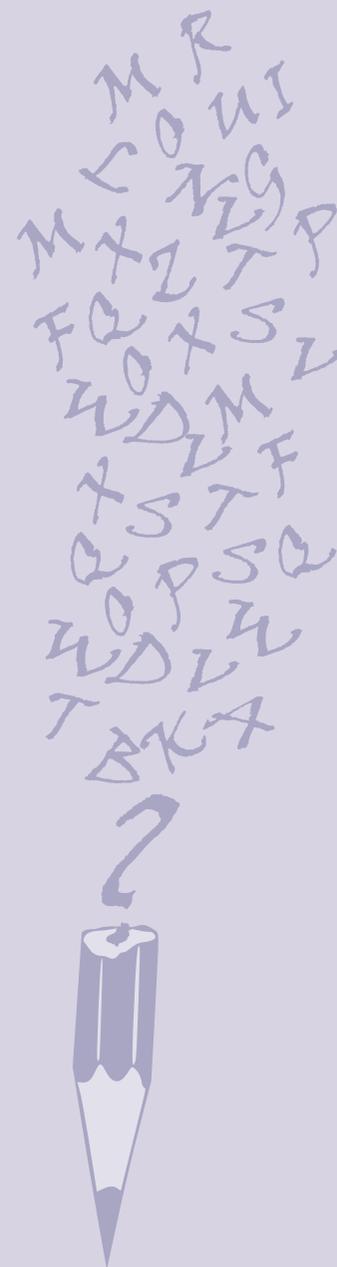
## 2.3 Implicações do Analfabetismo para o Desenvolvimento Rural

O analfabetismo implica em uma série de entraves ao desenvolvimento rural. Um deles é a decisão de agricultores(as) não alfabetizados(as) em deixar de participar de espaços em que são realizadas determinadas atividades de formação ou de trocas de experiência por vergonha. Eles(as) acreditam que não teriam capacidade de compreender o conteúdo das discussões ou iriam se sentir constrangidos(as) ao serem instados a ler ou a escrever algumas frases como parte das atividades formativas.

Outro entrave relatado por técnicos e técnicas dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil é a impossibilidade de os(as) agricultores(as) não alfabetizados(as) monitorarem a evolução produtiva do estabelecimento agropecuário que dirigem. Uma das formas de atuação dos(as) técnicos(as) junto às pessoas atendidas pelos projetos do PSI é solicitar que os(as) agricultores(as) anotem em uma caderneta a produção diária de seu estabelecimento, por exemplo, a quantidade de ovos, de litros de leite, quilos de mel etc., que foram produzidos por dia, para que ao longo de certo período possa-se avaliar o desempenho do estabelecimento e se elaborar um planejamento de acordo com as necessidades específicas daquele estabelecimento.

Diante da impossibilidade de o(a) agricultor(a) escrever, sugere-se que um(a) filho(a) ou vizinho(a) ajude. Embora essa alternativa funcione em alguns casos, ela gera uma dependência do(a) agricultor em relação a terceiros(as). Em outros casos, quando não há ninguém disponível para prestar essa ajuda, sugere-se que o(a) agricultor(a) tente memorizar os números da produção para serem registrados pelo(a) técnico(a) quando de sua visita periódica, porém, a memorização de uma quantidade muito grande de números geralmente é uma tarefa difícil de ser alcançada, sendo mais difícil ainda o acompanhamento e a avaliação do desempenho da produção.

Em algumas situações, o analfabetismo também impede agricultores(as) de exercerem plenamente o dom da liderança em associações comunitárias. Técnicos entrevistados relatam ter percebido essa tendência em algumas comunidades em



que trabalham. Na avaliação deles, quando isso acontece, as associações acabam não se fortalecendo como poderiam, já que a liderança acaba sendo assumida por algum(a) agricultor(a) alfabetizado, porém, com menor capacidade de liderança e mobilização.

Além do analfabetismo pleno, o analfabetismo funcional também constitui obstáculo ao desenvolvimento rural. Perguntados(as) sobre o acesso a políticas públicas, apenas um agricultor relatou ter sido excluído do Programa Social de Habitação Rural (PNHR) por não saber ler e escrever. Porém, muitas das respostas revelaram o desconhecimento dos(as) agricultores(as) sobre o funcionamento das políticas para o meio rural e os direitos conquistados pela agricultura familiar. Exemplo disso é o receio de acessar políticas de crédito por medo de não conseguir pagar depois. Tal desconforto com a ideia de endividamento é resultado, entre outros fatores, de uma falta de formação básica sobre gestão de finanças e administração da renda da propriedade. Quanto mais familiaridade os(as) agricultores(as) tiverem com o vocabulário das finanças, mais confortáveis eles(as) se sentirão com a ideia de acessar políticas de crédito que visam ao desenvolvimento rural.

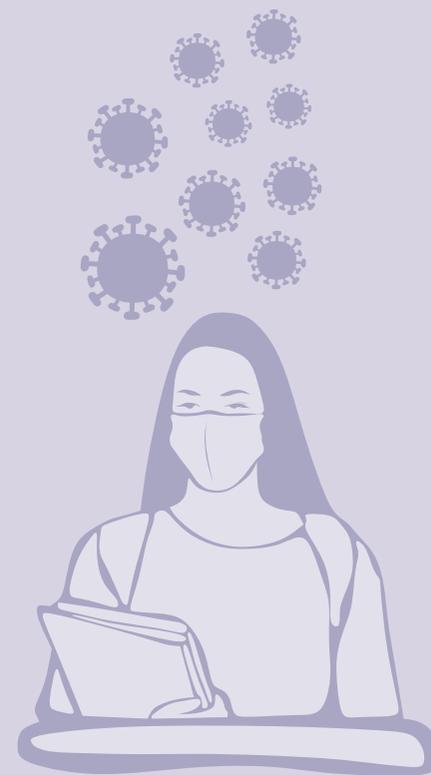
Por fim, como aponta Matos (2018), o analfabetismo implica ainda em uma falta de consciência sobre a importância dos cuidados que devem ser tomados em relação ao uso de agrotóxicos: “A falta de informações básicas associadas às condições de analfabetismo (...) tem contribuído para que os mesmos estejam iminentemente em risco de contaminar-se (...)” (Matos, 2018, p. 137). Segundo a pesquisa do autor, no município de Cravolândia, na Bahia, apenas 15% dos agricultores entrevistados conheciam informações de segurança quanto ao uso de agrotóxicos; apenas 30% conheciam os equipamentos de proteção individual e apenas 10% os utilizavam.



## 2.4 A Pandemia de COVID-19 e a Educação do Campo

Nenhum(a) dos(as) agricultores(as) ou técnicos(as) entrevistados(as) relatou ter conhecido algum(a) estudante da agricultura familiar que tenha decidido abandonar os estudos por conta das dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus iniciada em princípios de 2020. No entanto, se por um lado, a pesquisa não identificou evidências de que a pandemia esteja aumentando a evasão escolar, por outro, vimos que certamente ela está trazendo dificuldades para o processo de alfabetização das crianças rurais, principalmente aquelas cuja família não dispõe de computador e internet de qualidade em casa, uma vez que a maior parte das escolas passou a conduzir as aulas de forma virtual.

Algumas entrevistas revelaram a necessidade de algumas crianças se deslocarem até a casa de parentes ou vizinhos que tenham internet para poder acessar o conteúdo das aulas. A conexão 3G em alguns casos é uma possibilidade, porém, impraticável quando se leva em conta o preço do serviço. Segundo o IBGE, 49% das famílias rurais não possui acesso à internet<sup>5</sup>.

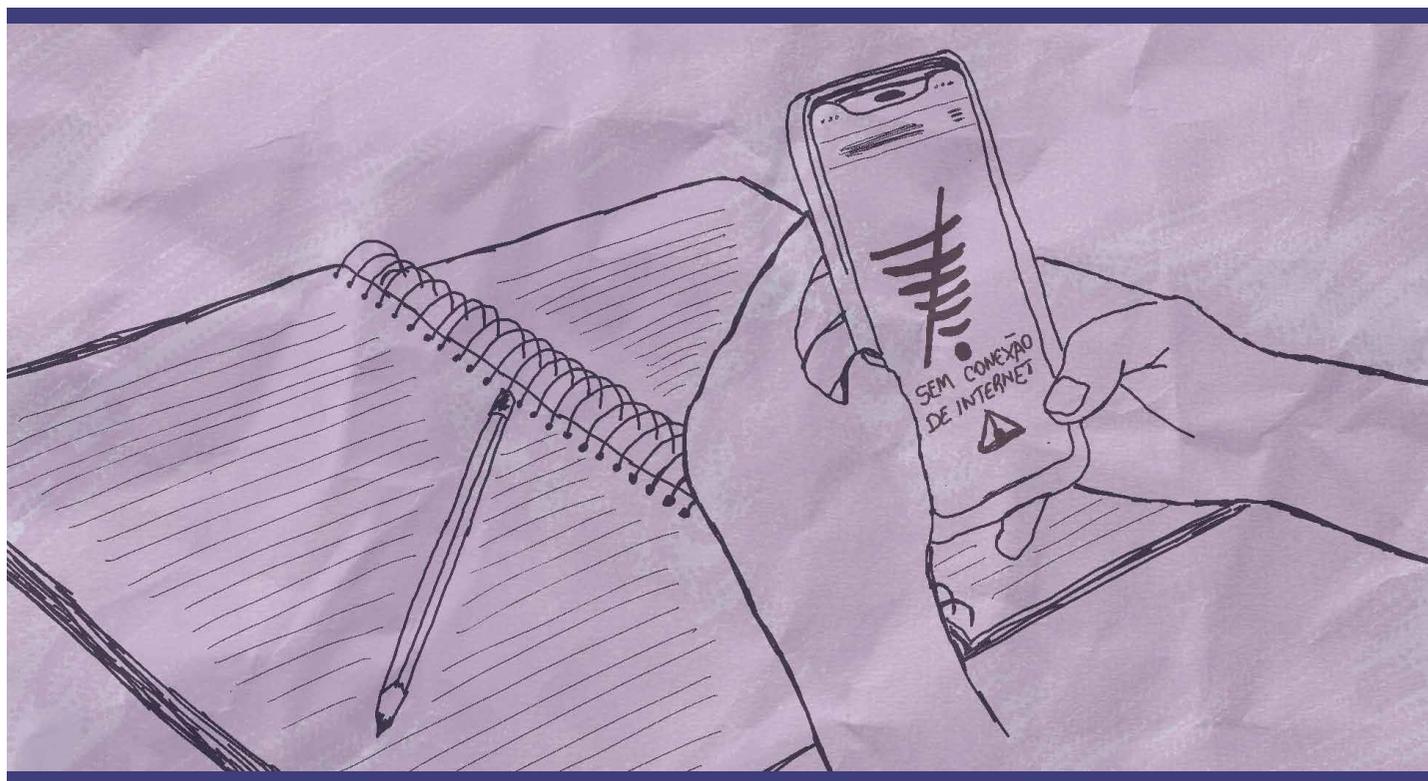


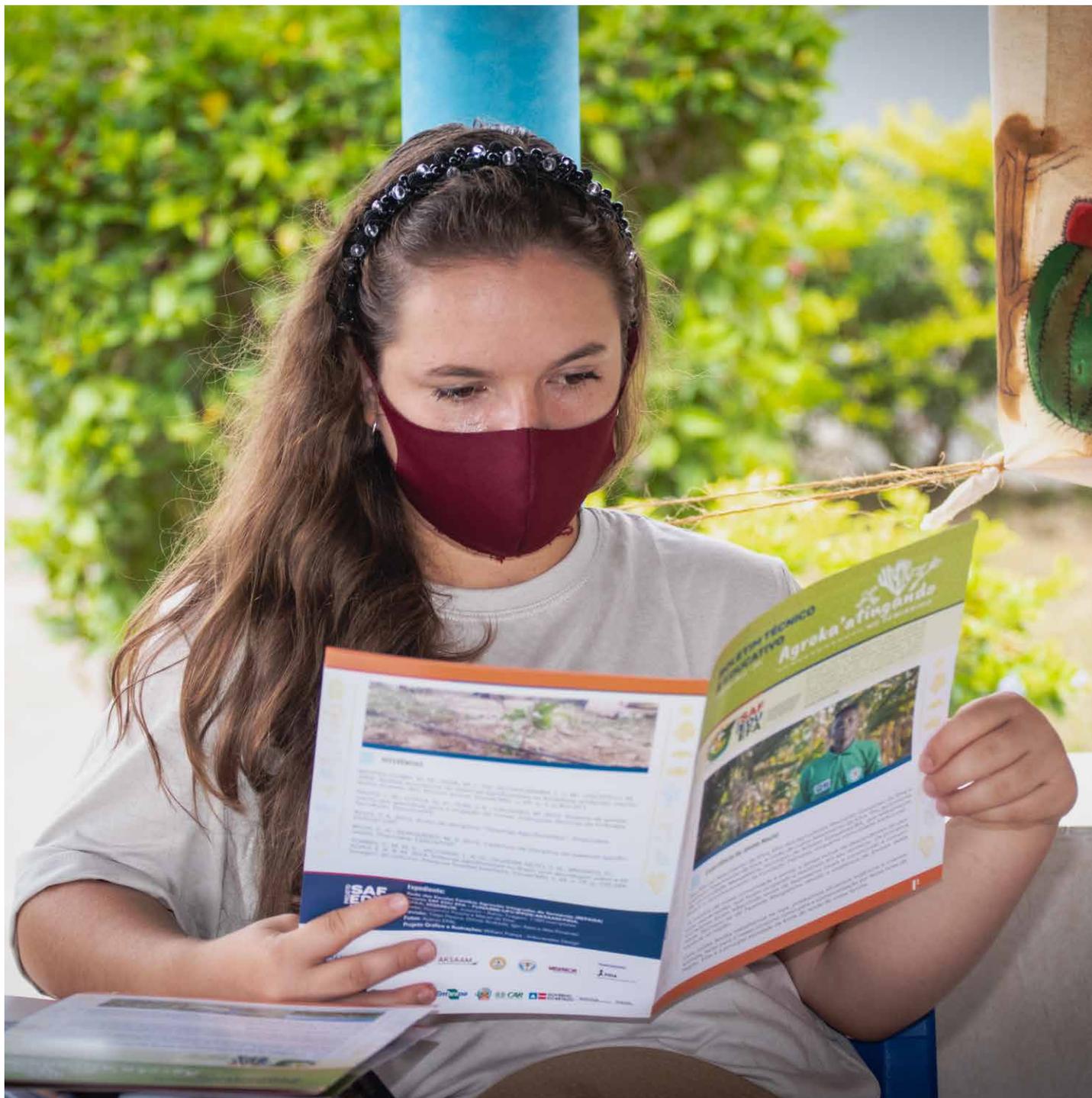
<sup>5</sup> Crise na educação: dois milhões de alunos de escolas rurais passaram 2020 em casa e sem acesso digital. O Globo, 17/07/2021. Disponível em: <https://glo.bo/3znc7My>.

A maior parte das crianças na agricultura familiar teve que se adaptar à necessidade de estudar pelo celular e, muitas vezes, ter de compartilhar o mesmo aparelho com um ou mais irmãos. Em outros casos, as crianças dependem da boa vontade dos(as) professores(as) que se dispõem a levar até suas casas as tarefas por escrito.

Comparando-se os dados das escolas rurais dos estados do Nordeste com os estados do Norte no ano de 2020, as primeiras apresentaram resultados significativamente mais positivos quando se analisa o percentual de escolas que só tiveram acesso a materiais impressos durante a pandemia. Enquanto no Nordeste o maior índice é o do Maranhão, com 50%, e o menor o do Ceará, com apenas 14% das escolas rurais sem acesso à internet, o maior índice da região Norte é o do Acre, de 87,6%, e o menor é o do Tocantins, de 51,9%. Tais dados evidenciam os resultados dos investimentos educacionais feitos por boa parte dos estados nordestinos ao longo dos últimos anos, com destaque para o Ceará. No Brasil, o estado com o menor índice de escolas do campo sem acesso à internet é Santa Catarina, com 11,4% (INEP, 2021).

A pandemia, portanto, vem expondo as vulnerabilidades estruturais e as desigualdades regionais internas no Brasil e tem imposto desafios não só para as famílias camponesas e suas crianças, mas também às administrações públicas, das escolas, e aos professores e professoras em relação à necessidade de adaptação às orientações sanitárias.





131

# RECOMENDACÕES





Em todas as entrevistas, tanto com agricultores(as), técnicos(as), professores(as), como com representantes de organizações da sociedade civil foram levantadas sugestões de ações que poderiam ser implementadas em forma de política pública, no sentido do enfrentamento do analfabetismo entre agricultores(as) e do fortalecimento da educação do campo como um todo.

Além disso, foram consultados documentos elaborados por organizações da sociedade civil, como a Contag e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que são demandadas políticas específicas para a educação do campo.

Este capítulo apresenta uma sistematização dessas sugestões, aqui separadas em três campos temáticos: questões estruturantes, pedagógicas e políticas. Uma primeira versão dessa sistematização foi apresentada para especialistas no tema, reunidos em oficina on-line conduzida por este consultor no dia 13 de julho de 2021.

Contribuíram para a sistematização dessas recomendações, dentre outros(as), Edmerson dos Santos, professor da Universidade do Estado da Bahia; Ludmila Cavalcanti, professora da Universidade Estadual de Feira de Santana; Sandra Gadelha, professora da Universidade Estadual do Ceará; Maria de Jesus Ribeiro, militante do MST no Ceará; Antônio Lacerda, militante da Contag em Brasília; Fabiana Viterbo, do Programa Semear Internacional; Íris Tavares e Amanda Lima, do Projeto Paulo Freire, no Ceará; Daniela Bento e Elis Gardênia, ex-consultoras do Projeto Dom Távora, no Sergipe; Andrea Simone, consultora do Projeto Viva o Semiárido, no Piauí; Francinalda Rodrigues da Rocha, da Escola Família Agrícola Ibiapaba, no Ceará; e Raimundo Clarindo dos Santos e Francisco Marcones Moura Silva, da Cáritas Ceará.

A versão ora apresentada incorpora as contribuições desses(as) especialistas, tal como segue:

### 3.1 Questões Estruturantes

Considerando que os agricultores e as agricultoras trabalham durante o dia e estão cansados à noite, a decisão de assumir um compromisso de frequentar aulas, mesmo que não todos os dias, implica em enorme esforço, o que, às vezes, pode significar menos horas de trabalho por dia. Por isso, é importante prever estímulos para além da promessa de aprender a ler e a escrever, como, por exemplo, por meio do fornecimento de cestas básicas, bolsas de estudo, lanche, material escolar etc.;

Reformar e construir novas escolas do campo, pautando-se pelo contexto do campo;



Assegurar transporte escolar intracampo seguro e de qualidade, materiais e livros didáticos, biblioteca, áreas de lazer e desporto;

Fornecer atendimento oftalmológico para quem tem problemas de visão;

Proporcionar espaços de cuidado dos(as) filhos(as) do(as) educandos(as) para que as pessoas não sejam impedidas de estudar por conta de necessidade de cuidar de sua prole, o que atinge particularmente às mulheres;

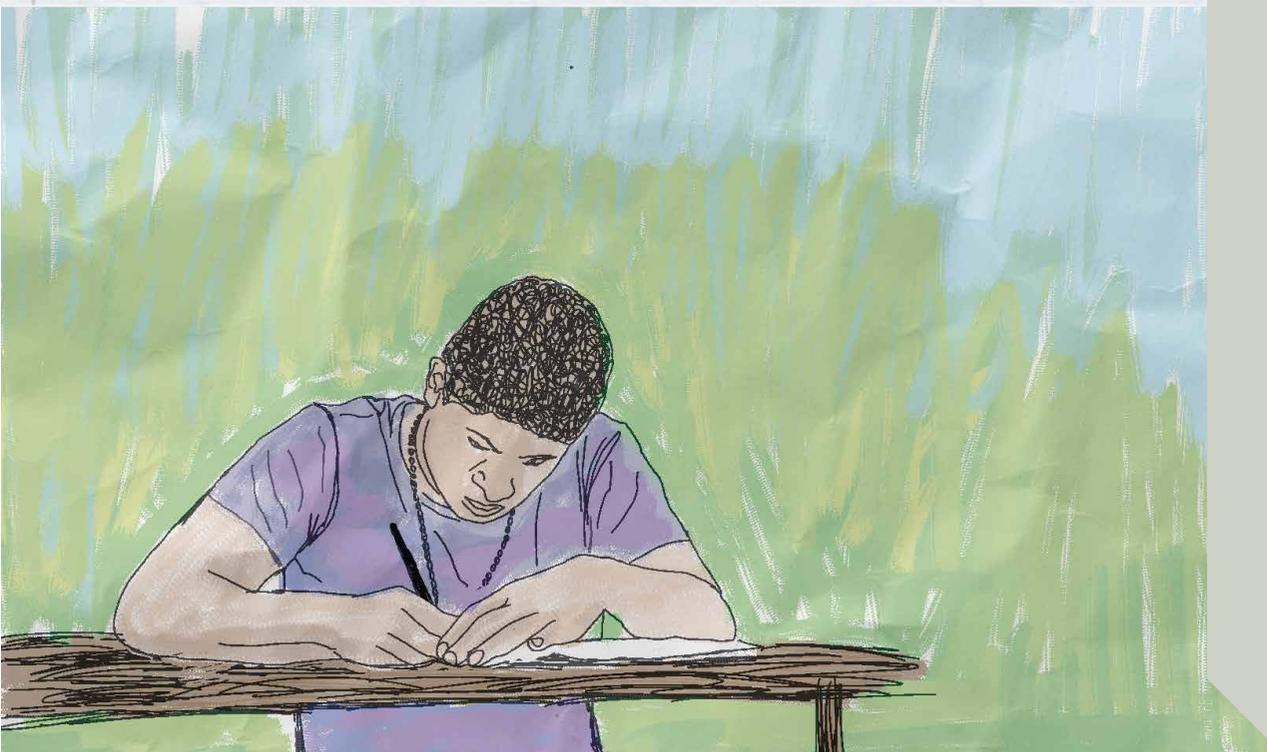
Investir na conservação das estradas do interior, uma vez que as más condições das estradas constituem um fator de desestímulo para professores(as) se deslocarem para as escolas do campo.



## 3.2 Questões Pedagógicas

Realizar cursos de EJA nas comunidades rurais. Além de facilitar o deslocamento, essa medida faz com que as turmas da EJA sejam compostas por agricultores que já se conheçam, o que estimula os agricultores que se sentiriam inibidos de expor suas vulnerabilidades a estranhos;

Reunir-se com as comunidades antes de iniciar o curso para decidir, em conjunto com as pessoas interessadas, o horário das aulas, o local e as condições de funcionamento;



Investir na formação do corpo docente da EJA;

Garantir acompanhamento pedagógico, com uma pessoa coordenadora para cada cinco turmas;

Evitar a infantilização das pessoas adultas;

Produzir material didático específico para a realidade camponesa;

Planejar cursos específicos para pessoas idosas, que demandam um tipo de prática pedagógica diferente dos adultos de meia idade;

Incluir atividades de educação sexual que trabalhem a importância do uso de métodos contraceptivos, a fim de evitar a ocorrência de gravidezes indesejadas que acabam por contribuir com a evasão escolar.



### 3.3 Questões Políticas

---

Criar uma política nacional de alfabetização que envolva as universidades e os movimentos sociais do campo e da cidade;

Garantir a continuidade dos cursos, muitas vezes iniciados e interrompidos com frequência por falta de recursos.

Elaborar projetos político-pedagógicos baseados na educação contextualizada, preservando a cultura e a identidade camponesas, segundo os preceitos de Paulo Freire;



Garantir a participação das comunidades rurais nas decisões relativas ao fechamento ou não de escolas do campo;

Garantir um orçamento específico para os programas de alfabetização, sem interrupções;

Investir em iniciativas de comunicação, principalmente a partir das estações de rádio, a fim de estimular a população camponesa a perceber a importância da alfabetização e da educação do campo;

Negociar com a própria comunidade os horários das aulas e o tipo de conhecimento que faz sentido ser produzido naquele contexto específico;



Elaborar uma cartografia da educação do campo, a partir da qual seja possível compreender a relação entre número de estudantes matriculados e número de escolas e, assim, evitar o máximo possível o fechamento de escolas do campo;

Prever, na sequência da alfabetização, uma política de escolarização e de formação mais avançada (Ex.: profissionalização em agroecologia, turismo rural etc.);

Institucionalizar a educação do campo a partir da aprovação de legislação específica.

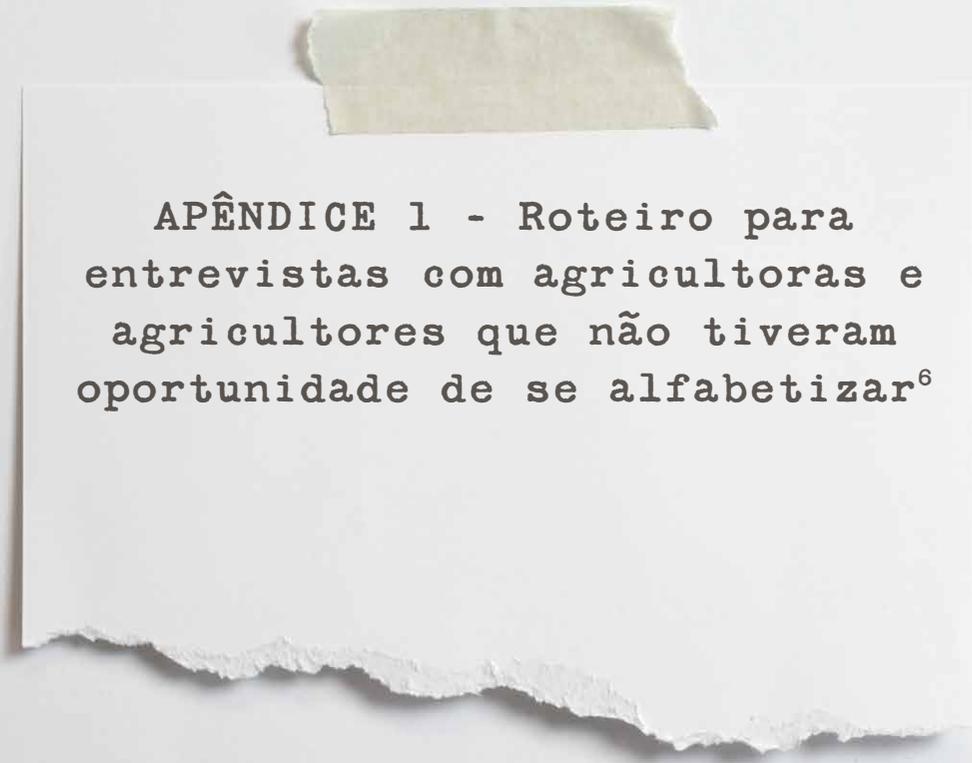




## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BOURDIEU, P.; PASSERON J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
- BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017.
- CORDEIRO, R. L. M. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. **Revista de Estudos Feministas**, 15(2), 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200012>.
- FREIRE, A. M. A. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: INEP, 1989. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola. Volume 4).
- MATOS, A. R. **Círculos de cultura na educação de jovens e adultos**: ambiente, agrotóxicos e saúde com trabalhadores da agricultura, assentados da Fazenda Palestina, Cravolândia-BA. Dissertação (Mestrado em Educação de Jovens e Adultos). Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2018.
- MOLINA, M. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**. 6(2), 2015.
- NOGUEIRA, R. C. M.; TONELLI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia e Sociedade**, 28(1), 2016.
- PERES, M. A. C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Sociedade e Estado**, 26(3), 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300011>.
- PINTO, A. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1986.
- SILVA, N. Da inadequação do termo analfabetismo: da necessidade de novos conceitos para a compreensão do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em Língua Portuguesa. **Pátio Revista Pedagógica** (Porto Alegre), v. 29, p. 44-46, 2004.
- XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA; O. M. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.



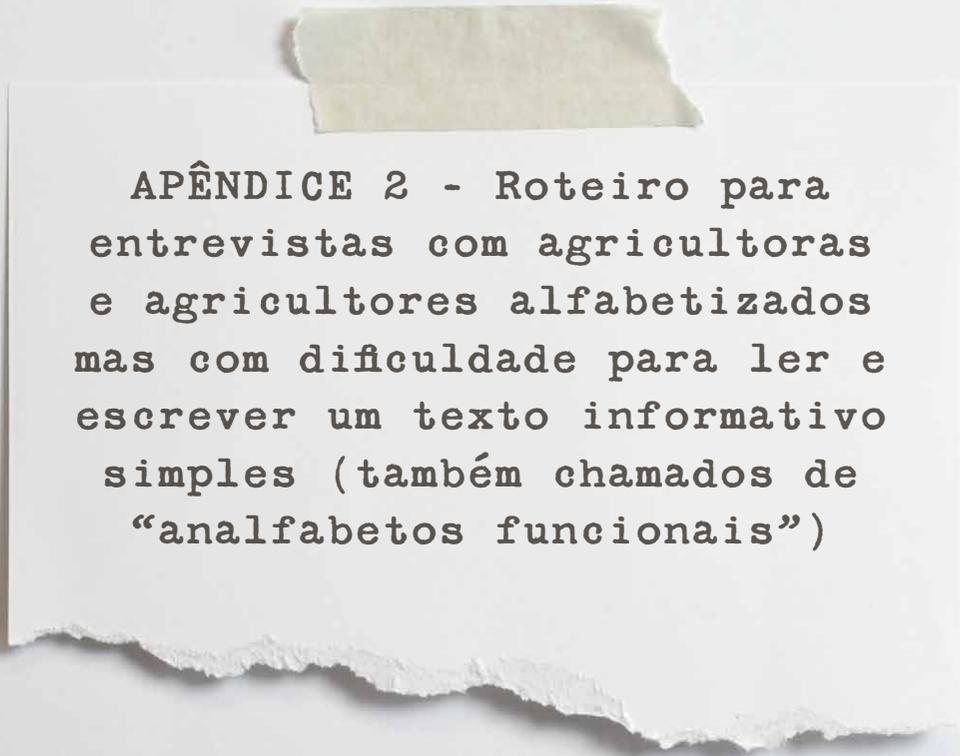
APÊNDICE 1 - Roteiro para  
entrevistas com agricultoras e  
agricultores que não tiveram  
oportunidade de se alfabetizar<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Tanto este como os demais roteiros serviram mais como uma baliza do que como um questionário propriamente. A maior parte das perguntas não foram respondidas pelos(as) entrevistados(as).

1. Nome:
2. Idade:
3. Município/estado:
4. Nome da comunidade:
5. Telefone:
6. E-mail:
7. Estado civil:
8. Número de filhos:
9. Origem étnica:
10. Possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)? Se não, por quê?
11. A propriedade está em seu nome? Se não, está no nome de quem? E por quê?
12. Qual sua relação de parentesco com a(o) proprietária(o)?
13. Faz parte de qual projeto apoiado pelo FIDA?
14. Você chegou a frequentar a escola? Se não, por quê? Se sim, por quanto tempo e por que interrompeu os estudos?
15. Se você já frequentou a escola e parou, já tentou voltar? Se não, por quê? Se sim, conseguiu? Se não, por quê? Se sim, o que dificultou o aprendizado?

16. Você tentou aprender a ler e a escrever por outras vias fora a escola? Quais? Como avalia essas experiências?
17. Quais são as principais dificuldades que você encontra por não saber ler e escrever?
18. Você já ficou fora de algum programa do governo por não saber ler e escrever?
19. Como você administra sua renda? Você recebe ajuda de alguém para ir ao banco, por exemplo?
20. Você recebe algum benefício por não ter tido a oportunidade de aprender a ler e escrever?
21. Se hoje você tivesse a oportunidade de aprender a ler e escrever, você gostaria? Se não, por quê? Se sim, você teria sugestões de como esse ensino deveria ser conduzido?
22. Como você definiria a comunidade em que vive:
- ( ) Comunidade tradicional ( ) Assentamento ( ) Quilombolas
- ( ) Agricultura Familiar ( ) Ribeirinhas(os) ( ) Fundo de Pasto ( ) Indígena ( ) Outra. Qual?
23. Qual sua principal fonte de renda?
24. Qual é a renda total da família?
25. Seus filhos(as) estudaram até que série/ano?
26. Seus filhos(as) continuam a frequentar a escola durante a pandemia? Como a pandemia afetou a educação deles(as)?



APÊNDICE 2 - Roteiro para  
entrevistas com agricultoras  
e agricultores alfabetizados  
mas com dificuldade para ler e  
escrever um texto informativo  
simples (também chamados de  
“analfabetos funcionais”)

1. Nome:
2. Idade:
3. Município/estado:
4. Nome da comunidade:
5. Telefone:
6. E-mail:
7. Estado civil:
8. Número de filhos:
9. Origem étnica:
10. Possui DAP? Se não, por quê?
11. A propriedade está em seu nome? Se não, está no nome de quem? E por quê?
12. Qual sua relação de parentesco com a(o) proprietária(o)?
13. Faz parte de qual projeto apoiado pelo FIDA?
14. Como você aprendeu a ler?
15. Se frequentou a escola, por quanto tempo você estudou? E por que interrompeu os estudos?
16. Se estudou por outros meios, quais? E o que o(a) impediu de ingressar na escola?

17. Quais dificuldades você enfrentou para aprender a ler e a escrever?

18. Você encontra dificuldades para se comunicar quando vai à cidade, por exemplo, em uma agência bancária, na prefeitura ou qualquer outra instituição de fora de sua comunidade? Se sim, quais? E como lida com elas?

19. Você já ficou fora de algum programa do governo por não entender direito o funcionamento do programa?

20. Como você administra sua renda? Você precisa de ajuda de alguém quando vai ao banco, por exemplo?

21. Se hoje você tivesse a oportunidade de voltar a estudar, você gostaria? Se não, por quê? Se sim, você teria sugestões de como esse ensino deveria ser conduzido?

22. Como você definiria a comunidade em que vive:

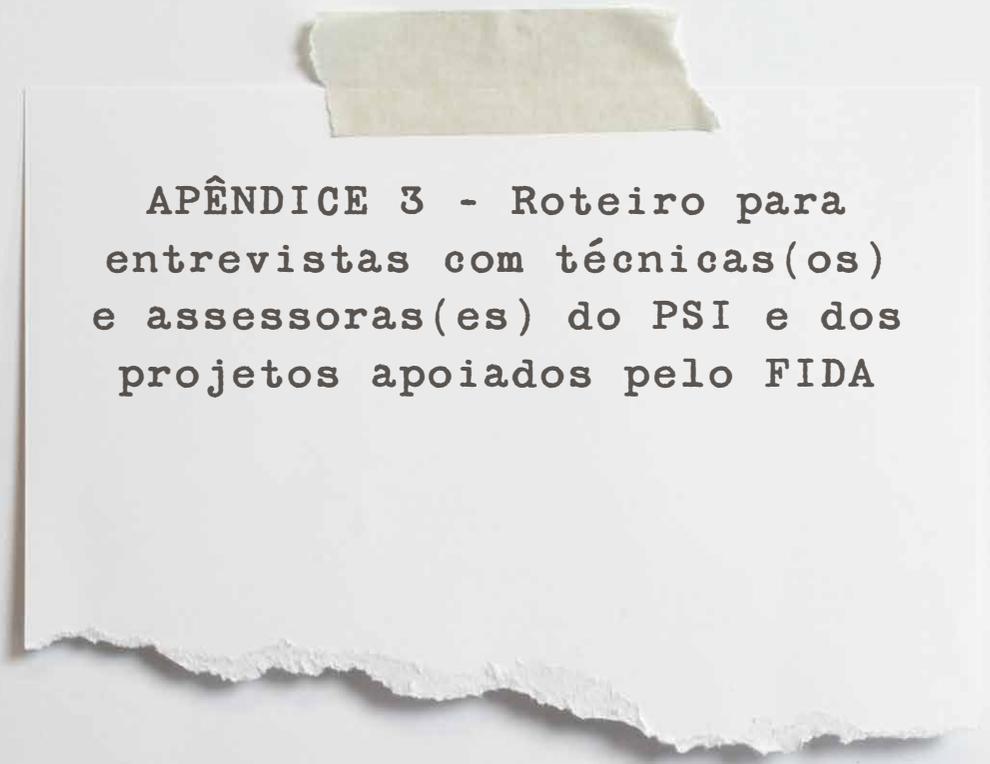
Comunidade tradicional  Assentamento  Quilombolas

Agricultura Familiar  Ribeirinhas(os)  Fundo de Pasto  Indígena  Outra. Qual?

23. Qual sua principal fonte de renda?

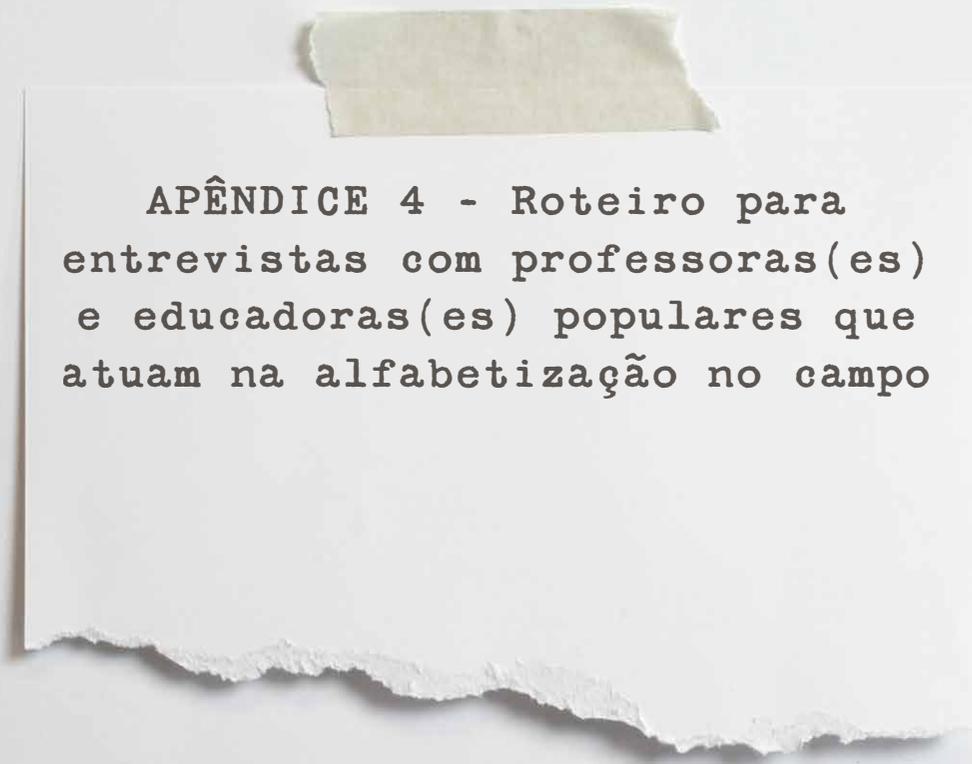
24. Qual é a renda total da família?

25. Seus filhos(as) continuam a frequentar a escola durante a pandemia? Como a pandemia afetou a educação deles(as)?



APÊNDICE 3 - Roteiro para  
entrevistas com técnicas(os)  
e assessoras(es) do PSI e dos  
projetos apoiados pelo FIDA

1. Nome:
2. Telefone:
3. E-mail:
4. Origem étnica:
5. Projeto em que atua:
6. Qual o cargo que ocupa e quais as principais atividades que você exerce?
7. Como o analfabetismo impacta a sua relação com as agricultoras e os agricultores atendidos pelo projeto em que você atua?
8. Você chegou a desenvolver estratégias específicas de comunicação para interagir com agricultoras e agricultores que não tiveram a oportunidade de ler e escrever? Se sim, qual(is)?
9. Tem algum caso/história relacionada a pessoas não alfabetizadas ou analfabetas funcionais beneficiadas pelo projeto em que você atua e que você gostaria de compartilhar?
10. Quais ações, na sua opinião, deveriam ser realizadas para lidar com o problema do analfabetismo nas comunidades em que você atua?
11. Como você avalia o impacto da pandemia do coronavírus para o problema do analfabetismo?



APÊNDICE 4 - Roteiro para  
entrevistas com professoras(es)  
e educadoras(es) populares que  
atuam na alfabetização no campo

1. Nome:
2. Telefone:
3. E-mail:
4. Origem étnica:
5. Escola/organização/projeto em que atua:
6. Qual o cargo que ocupa e quais as principais atividades que você exerce?
7. Você já teve alunas ou alunos que começaram o processo de letramento e tiveram que abandonar a escola? Se sim, por qual(is) motivo(s) elas ou eles o fizeram? E como a escola e a Secretaria Municipal de Educação têm lidado com esses casos?
8. Como você avalia os índices de evasão escolar na escola em que você trabalha?
9. Você teria condições de fazer a mesma avaliação em relação ao município como um todo?
10. Quais são as estratégias que você utiliza para relacionar o método de ensino da língua portuguesa à realidade do corpo discente para o qual você leciona?
11. Você tem alunas ou alunos cujas(os) responsáveis não sabem ler e escrever? Você identifica alguma relação entre esse fato e o desempenho das crianças no processo de letramento?
12. Você chegou a desenvolver estratégias específicas de comunicação para interagir com responsáveis por alunos e alunas seus que sejam agricultoras e agricultores que não tiveram a oportunidade de ler e escrever? Se sim, qual(is)?
13. Como você avalia o impacto da pandemia do coronavírus para o problema do analfabetismo?
14. Quais ações, na sua opinião, deveriam ser realizadas para lidar com o problema do analfabetismo nas comunidades em que você atua?



